

Quem disse ?

«O dr. Paulo Portas é o maior demagogo que já conheci»

Capoulas Santos
Bruxelas, 2 de Outubro



Unir todos os portugueses é o objectivo

Presidente envia mensagens a empresários e trabalhadores

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou ao longo da última semana importantes mensagens destinadas tanto aos trabalhadores, como aos empresários portugueses. No domingo, em Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, o Presidente da República advertiu que Portugal só pode aspirar a aumentar as suas exportações com «mais capacidade de inovação, melhores empresários e trabalhadores com maior formação», profissional. Falando na inauguração da Ciol – Mostra de Actividades Económicas de Oliveira de Azeméis –, o chefe de Estado reconheceu que a indústria portuguesa não se tem desenvolvido como se esperaria e defendeu que é preciso mudar este estado de coisas «para que o futuro possa ser mais risonho».

O Presidente da República avisou ainda que o esforço de desenvolvimento do tecido empresarial «deve conjugar-se sempre» com preocupações de natureza ambiental. «Uma terra que se industrialize cada vez mais, oferecendo produtos mais competitivos em matéria de exportações, deve ser também uma terra que cuida do seu jardim, trata os seus esgotos e não delapida os seus recursos», declarou o chefe de Estado.

Na véspera, na Costa de Caparica, durante as comemorações do 30.º aniversário da CGTP-Intersindical, que decorreram no Centro de Férias do Inatel, Jorge Sampaio sustentou que «há muito a mudar no mundo do trabalho», tendo elogiado o papel dos sindicatos na adopção de «políticas capazes de limitar as desigualdades económicas». Na sua intervenção, o chefe de Estado frisou ainda que estas políticas a favor da igualdade social não têm minimamente travado o crescimento económico de Portugal.

Depois de sublinhar o seu respeito e esperança no futuro da CGTP, o Presidente da República lembrou que «não é fácil assumir a responsabilidade de estar permanentemente a chamar a atenção para os problemas que estão por resolver» no País.

Primeiro-ministro no seminário Internacional de banqueiros

Governo empenhado no pacto fiscal



Perante os maiores banqueiros do País, o primeiro-ministro não hesitou em abordar o tema da necessidade de maior justiça ao nível da fiscalidade. António Guterres admitiu que poderia ser impopular num seminário daquela natureza falar de impostos, mas reforçou que pagar impostos é comprar civilização. Além da defesa de que as pequenas e médias empresas devem ter acesso à Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, o chefe do Governo bateu-se por uma maior intervenção do Fundo Monetário Internacional na economia mundial. No plano interno, António Guterres assegurou que está empenhado num pacto de justiça fiscal que permita combater a fraude e a evasão e possibilitar um desagravamento fiscal. Um outro pacto foi anunciado também pelo ministro de Estado e do Equipamento Social. O Governo, segundo Jorge Coelho, vai avançar com um «Pacto de Modernização do Parque Habitacional».

Política

Ministro da agricultura alerta os portugueses Demagogia de Paulo Portas só para incendiar os Açores



O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, desmontou segunda-feira várias inverdades proferidas pelo presidente do PP, acusando-o de estar a criar «um foco de contestação» nos Açores com a questão da ultrapassagem da quota de leite no arquipélago. Tudo só com o objectivo de extrair dividendos nas eleições regionais. Capoulas Santos classificou Paulo Portas como o maior demagogo que já conheceu, já que está a explorar este assunto apenas para gerar instabilidade.

Sociedade & País

Delinquência juvenil Nova lei diferencia menores em risco



A partir de Janeiro de 2001, com a entrada em vigor da nova Lei Tutelar de Menores, os colégios do Instituto de Reinserção Social (IRS) vão receber apenas os jovens delinquentes, passando os jovens «em risco» para a alçada do Ministério da Solidariedade. Dos cerca de 700 jovens que se encontram nos colégios de acolhimento do IRS, cerca de meio milhar são delinquentes, sendo os restantes considerados em risco, ou seja, miúdos cujas famílias são disfuncionais ou que os abandonaram por completo.



A tragédia dos duodécimos

Nunca deixa de ser oportuno lembrar o que acontecerá ao País caso o próximo Orçamento de Estado não seja viabilizado por nenhuma das forças da oposição. Algumas consequências da reprovação do Orçamento de Estado são possíveis de determinar já hoje, mas também importa sublinhar que muitas outras factores extremamente negativos – e por agora imprevisíveis – poderão ocorrer nesse longo período de instabilidade política.

Apesar da tentativa patética de muitos dirigentes do PSD (casos de Durão Barroso e de Manuela Ferreira Leite) andarem a comentar Portugal pode ser perfeitamente governado com base em duodécimos, ao longo de vários meses, a verdade clara, objectiva e incontornável da ciência económica é que um país sem orçamento é também um país parado e adiado, num mundo cada vez mais competitivo à escala global. Devido às limitações decorrentes da Constituição da República, se o próximo Orçamento de Estado não vier a ser aprovado, o chefe de Estado também não poderá dissolver imediatamente o Parlamento para convocar eleições legislativas antecipadas. Tal como prevê a Constituição, apenas o poderá fazer três meses após ser investido. Ou seja, nunca as eleições legislativas antecipadas poderão realizar-se antes de Junho e nunca um Orçamento de Estado de 2001 poderá ser aprovado antes de Setembro do próximo ano. O mesmo é dizer que, até Setembro de 2001, o País terá de viver de acordo com os critérios orçamentais de 2000. Isto significa que os funcionários públicos não poderão ser aumentados, o mesmo sucedendo com os pensionistas. Poderemos ainda ser confrontados com problemas pontuais mas terríveis, como a ruptura no fornecimento aos hospitais, a perda de fundos comunitários, a interrupção de obras públicas e com a existência de sucessivas situações de estrangulamento financeiro em escolas e autarquias. Por todas estas razões, cumpre apelar ao sentido de responsabilidade das forças da oposição. O PS não tem medo de eleições legislativas antecipadas. Com toda a certeza, como demonstram todas as sondagens, o PS voltaria a vencê-las por larga margem. Mas o PS e o Governo socialista têm desde sempre colocado acima dos seus próprios interesses um grande desígnio nacional: é preciso estabilidade política para haver um clima de confiança e para que seja possível prosseguir este rumo de desenvolvimento sustentado do País.



VIVA A REPÚBLICA!!!

O discurso do camarada Mário Soares na sessão de encerramento do II Congresso Regional do PS/Açores, realizado na Ilha Terceira, era um dos temas em destaque na edição de 30 de Setembro de 1982 do órgão oficial do PS.

No seu discurso, o então líder do PS fez duas críticas ao Governo da AD, já então em agonia, ao mesmo tempo que sublinhava ser urgente para Portugal «uma dinâmica reformista de concertação e diálogo».

A cinco dias de mais um aniversário da proclamação da República, o «AS»

Noticiava uma iniciativa que já então se tinha tornado uma tradição: o jantar do 5 de Outubro em Alenquer, com a presença de centenas de socialistas, democratas e republicanos.

Viva a República – sempre!!!

J. C. CASTELO BRANCO

30 de Setembro

Quem disse?

«A lei dos contratos a prazo deu origem a

muitos abusos»

Mário Soares



Sondagem: PS sobe e PSD desce

O Partido Socialista regista uma «ligeira subida» enquanto o PSD está «próximo do seu pior resultado de sempre», segundo uma sondagem eleitoral divulgada no dia 2 pelo jornal «Público».

Na mesma sondagem, o Presidente Jorge Sampaio é o político mais popular, seguido de António Guterres, Paulo Portas, Carlos Carvalhas, Francisco Louçã e Durão Barroso. A sondagem foi efectuada em final de Setembro pela Universidade Católica em 26 freguesias escolhidas aleatoriamente, com entrevistas pessoais.

E para obter a previsão de eventuais eleições legislativas, efectuou-se outro inquérito, com simulação de voto em urna, abrangendo 2500 inquiridos. O Partido Socialista atingiu os 42,9 por cento nas intenções de voto, subindo cerca de dois por cento em relação a Maio, enquanto o PSD obteve agora 25,1 por cento, contra os 32,4 em Maio último. O Partido Popular subiu também, de 8,1 para os actuais 11,1 por cento, tal como a coligação CDU/PCP-PEV, de 6,8 para 9,3 por cento. O Bloco de Esquerda subiu também na intenção de voto, de 3,0 para 3,6 por cento.



À pergunta sobre «que partido seria capaz de fazer melhor que o Governo?», 50,1 por cento dos inquiridos respondeu «Nenhum», enquanto apenas 10,9 por cento apontaram o PSD.

O problema que mais preocupa os portugueses, de acordo com esta sondagem, é a droga (67,5 por cento), seguido do crime e da pobreza, ambos com 42,1 por cento, e o desemprego com 39,6 por cento.

Torres Novas: Inaugurado novo hospital

O primeiro-ministro, António Guterres, e a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, inauguraram, no dia 1, em Torres Novas, o Hospital Rainha Santa Isabel, com capacidade para 144 camas e orçado em sete milhões de contos.

A inauguração deste equipamento decorreu depois da sua entrada em funcionamento, no passado dia 19 de Setembro.

Este hospital vem substituir o que funcionava, há mais de um século, no velho Convento do Carmo, que a autarquia quer adquirir à Misericórdia para aí instalar os Paços do Concelho.

O novo hospital traz algumas alterações aos cuidados prestados, deixando de ter o

serviço de maternidade, que passa a ser prestado pelo Hospital de Abrantes, tal como acontece com Urgência Médico-Cirúrgica.

Esta alteração prende-se com a decisão de ultrapassar a elevada concentração de hospitais no Ribatejo Norte (Torres Novas, Abrantes e Tomar, este com conclusão prevista para 2001), racionalizando os meios disponíveis.

Os três hospitais funcionarão em complementaridade, apenas com três unidades de internamento comuns (pediatria, medicina interna e cirurgia geral), mas todos terão consultas externas de todas as especialidades.

Internet: Acesso facilitado para breve

António Guterres revelou, no dia 2, que «muito em breve» o acesso à Internet em Portugal vai poder ser pago numa tarifa fixa, independente do tempo de utilização.

«Esse é um dos problemas que tínhamos e que vamos deixar de ter», explicou o chefe de Governo depois de ter feito a entrega dos símbolos da República na escola em que fez a instrução primária.

Questionado sobre um relatório da OCDE, divulgado segunda-feira, indicando que o acesso à Internet é caro em Portugal, Guterres assegurou que a situação «vai mudar dentro de pouco tempo».

O Executivo vai tomar medidas em breve para que «não se pague em função do tempo de utilização da Internet, mas de uma tarifa fixa, independentemente do tempo, embora com valores diferentes consoante as horas».



O primeiro-ministro falava na apresentação às escolas de um kit sobre os símbolos nacionais.

GOVERNO EMPENHADO NO PACTO FISCAL

Perante os maiores banqueiros do País, o primeiro-ministro não hesitou em abordar o tema da necessidade de maior justiça ao nível da fiscalidade. António Guterres admitiu que poderia ser impopular num seminário daquela natureza falar de impostos, mas reforçou que pagar impostos é comprar civilização. Além da defesa de que as pequenas e médias empresas devem ter acesso à Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, o chefe do Governo bateu-se por uma maior intervenção do Fundo Monetário Internacional na economia mundial. No plano interno, António Guterres assegurou que está empenhado num pacto de justiça fiscal que permita combater a fraude e a evasão e possibilitar um desagravamento fiscal. Um outro pacto foi anunciado também pelo ministro de Estado e do Equipamento Social. O Governo, segundo Jorge Coelho, vai avançar com um «Pacto de Modernização do Parque Habitacional».



O primeiro-ministro defendeu na segunda-feira um maior acesso das pequenas e médias empresas (PME) à Bolsa de Valores de Lisboa e do Porto, como forma de facilitar o seu financiamento. António Guterres falava na sessão de abertura do seminário internacional para banqueiros promovido pelo Banco Português do Atlântico e que decorreu no Tagus Parque, em Oeiras. Lembrando que as PME têm menor facilidade de acesso ao crédito, o primeiro-ministro afirmou que esta é uma preocupação tanto a nível nacional como europeu. Esta foi, aliás, como lembrou o chefe do Governo, uma preocupação incluída na carta das PME estabelecida na recente cimeira da União Europeia realizada em Santa Maria da Feira.

Na sua intervenção, feita perante alguns dos maiores nomes do mundo financeiro português e de mais 20 países, António Guterres disse que a aprovação do próximo Orçamento de Estado para 2001 vai permitir avançar com a reforma fiscal no sentido de um desagravamento das famílias e das empresas. O primeiro-ministro sustentou também uma maior intervenção do Fundo Monetário Internacional, tendo em vista «transformar-se progressivamente numa espécie de banco central dos bancos centrais, com meios de intervenção bastante maiores». Para António Guterres, o Fundo Monetário Internacional deve aliar preocupações que

são essenciais em relação à estabilidade financeira e à garantia do saneamento das finanças públicas com as necessidades económicas e sociais, nomeadamente em zonas do globo «que tendem a ficar completamente marginalizadas no processo de globalização e se transformam num problema político e moral que a todos nós se levanta. O que se passa hoje em África põe em causa a humanidade nos seus fundamentos políticos e éticos, e deve levar-nos a reflectir sobre a governabilidade mundial, não apenas para que o mundo desenvolvido possa funcionar melhor, mas também para que se possam corrigir algumas injustiças intoleráveis», declarou o chefe do Governo.

Tributar mais os bancos

O primeiro-ministro acentuou que o Governo está empenhado num pacto de justiça fiscal «que permita combater a fraude e a evasão e, com isso, permitir um desagravamento fiscal significativo». Este desagravamento já está, aliás, em curso no que diz respeito ao IRS e no que toca às empresas. «Nós estamos num processo de redução da taxa normal de 36 para 30 por cento e de criação de taxas reduzidas para empresas de menor dimensão, sendo a referência 25 por cento, e ainda mais baixas, em casos especiais, relacionados, por exemplo, com a sua inserção em zonas deprimidas do interior», disse. António Guterres defendeu também alguma

cooperação europeia em matéria fiscal, considerando que, com um mercado único e uma moeda única, «é inevitável algum nível de coordenação em matéria fiscal».

O chefe do Governo sustentou igualmente medidas que permitam evitar «uma competição fiscal desleal entre os países» e lembrou que a inexistência de uma coordenação internacional faz com que haja «uma erosão da base tributária e uma tendência para tributar, sobretudo, os factores menos móveis no funcionamento dos mercados, com um peso relevante sobre o factor trabalho. Pode parecer impopular num seminário desta natureza defender o pagamento de impostos, mas eu lembraria que, como disse alguém, «pagar impostos é comprar civilização», acrescentou.

Interrogado à saída das conferências sobre o impacto da reforma fiscal, o primeiro-ministro considerou que «um dos problemas que temos é o baixo nível de tributação dos bancos. Penso que essa questão tem de ser analisada com grande rigor», observou, defendendo uma evolução no sentido de que tal nível de tributação efectiva seja compatível com aquilo que é «justo no funcionamento dos mercados».

Comissões Metropolitanas de Transportes

Já na sexta-feira, o ministro do Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, anunciou a criação das Comissões

Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto, que deverão iniciar funções em meados de 2001. Jorge Coelho fez este anúncio no decorrer do debate sobre os projectos de resolução apresentados pelo PS, «Os Verdes» e o Bloco de Esquerda para a «promoção da utilização do transporte público». O diploma agora aprovado pelo Governo segue agora para apreciação da Junta Metropolitana e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Numa primeira fase, como explicou o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Silva, será criada uma comissão instaladora, que irá preparar os estatutos no prazo de seis a nove meses. Só depois começarão a funcionar em pleno as comissões metropolitanas, que reunirão representantes da administração central, das autarquias, das empresas transportadoras e das centrais sindicais e que terão como funções, entre outras, a elaboração de um plano de transportes. A criação destas comissões era uma das medidas inseridas no Programa do Governo, mas acabou por ser adiada na sequência da vitória do «não» no referendo sobre a regionalização. «Estamos perante um órgão de carácter regional, que fará a ponte entre os poderes local e central», sublinhou Guilhermino Silva.

No mesmo sexta-feira, em Sesimbra, o ministro de Estado e do Equipamento Social anunciou que o Governo está a preparar um «Pacto de Modernização do Parque Habitacional» e mostrou-se favorável à reabilitação urbana, em detrimento da construção de novos edifícios. Falando no encontro internacional «Em defesa do património cultural e natural: reabilitar em vez de construir», organizado pelo Grupo de Estudos Ambientais para o Ordenamento do Território (GEOTA) e pelo Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (GECORTA), Jorge Coelho garantiu que o Pacto de Modernização do Parque Habitacional não se restringe à afectação de recursos financeiros aos programas de reabilitação urbana do parque habitacional privado e do parque público de arrendamento e respectivos bairros, cujo valor no orçamento deste ano ascenderá a perto de 13 milhões de contos. «Trata-se de uma proposta legislativa que pretende incrementar a reabilitação urbana, com subsídios a fundo perdido e diminuição das taxas de IVA de 17 para cinco por cento, de modo a restabelecer o equilíbrio contratual, repor as condições de habitabilidade dos edifícios e garantir a viabilidade económica e financeiras dos proprietários, através das rendas», explicou Jorge Coelho.

DEMAGOGIA DE PAULO PORTAS SÓ PARA INCENDIAR OS AÇORES

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, desmontou segunda-feira várias inverdades proferidas pelo presidente do PP, acusando-o de estar a criar «um foco de contestação» nos Açores com a questão da ultrapassagem da quota de leite no arquipélago. Tudo só com o objectivo de extrair dividendos nas eleições regionais. Capoulas Santos classificou Paulo Portas como o maior demagogo que já conheceu, já que está a explorar este assunto apenas para gerar instabilidade. Sobre a questão da quota de leite, o ministro da Agricultura assegurou não ser verdade que Portugal irá ultrapassar os limites acordados com a Comissão Europeia.

«O doutor Paulo Portas é uma pessoa que eu considero intelectualmente brilhante, mas o maior demagogo que já conheci. E neste momento, estando em curso a campanha nos Açores e não tendo o PP qualquer projecto alternativo para apresentar, o seu único objectivo é tentar criar um foco de contestação e de instabilidade», afirmou Capoulas Santos, momentos antes de iniciar em Bruxelas um encontro com o comissário europeu da Agricultura, Franz Fischler.

O ministro da Agricultura admitiu, porém, que «nos primeiros meses» da actual campanha agrícola (que começou em Abril) tenha havido um ligeiro acréscimo (de produção) de um por cento relativamente à produção do ano anterior. Esse facto, por si só, acrescentou Capoulas Santos, não é suficiente para concluir que Portugal ultrapassará a quota de leite que lhe foi atribuída por Bruxelas (um milhão e 865 mil toneladas), já que a campanha leiteira decorre entre Abril de um ano e Março do ano seguinte. «Estamos apenas no princípio de Outubro. Por isso, não é possível fazer contas sobre uma campanha que só vai ser encerrada daqui a meses», concluiu o membro do Governo, assegurando não ser verdade que Portugal ultrapassará a sua quota.

Como referiu Capoulas Santos, «Paulo Portas parte do princípio que o crescimento do sector do leite, cuja modernização e evolução ele tem repetidamente elogiado, se deve manter ilimitadamente. É óbvio que, se o crescimento se mantiver a esse ritmo, a cada ano corresponderão multas maiores». O que se trata, justificou ainda o ministro, «é de resolver o problema do excedente deste ano e acomodar a produção nacional a este nível». Porém, Capoulas Santos sublinhou que «os dados disponíveis apontam para um abrandamento» generalizado dos níveis de



produção de leite em Portugal. A isto acresce que há, da parte dos responsáveis portugueses pela agricultura, a expectativa de que sejam concluídas, em breve e com êxito, as negociações em curso com a Comissão Europeia no sentido de ser concedido aos Açores, para efeitos de cálculo da quota leiteira, o estatuto de região ultraperiférica.

Equipar aos direitos franceses

Como explicou o ministro da Agricultura, Portugal «definiu uma estratégia que visa não pedir formalmente qualquer aumento de quota, mas obter um resultado que na prática é equivalente», ou seja, obter a concessão do «princípio já reconhecido aos territórios ultramarinos franceses, segundo o qual estas zonas podem produzir leite sem que tal conte para a quota do país». Se Portugal obtiver este regime de excepção, calcula Capoulas Santos, o país terá mesmo «uma pequena folga» de 11 mil toneladas para a produção de leite, comparativamente à quota actualmente em vigor, já que os Açores consomem 71 mil toneladas de leite e produtos lácteos por ano e a quota portuguesa foi ultrapassada em 63 mil. No entanto, para não enviar o sinal errado aos

produtores de leite açorianos, o ministro da Agricultura advertiu que tal «não implica que os produtores não tenham que se adequar à quota atribuída ao Estado Português».

Ninguém pagará multas

Já na sexta-feira, na Assembleia da República, o ministro da Agricultura reafirmou a aposta do Governo em resolver o problema da quota leiteira ultrapassada pelo país, através da aplicação do regime de excepção aos Açores. Capoulas Santos voltou a garantir que os produtores não vão pagar os 4,5 milhões de contos de multa. A proposta do ministro da Agricultura vai no sentido de obter o regime de excepção para os Açores, com base na sua situação de região ultraperiférica, o que permitirá retirar da quota nacional a quantidade de leite equivalente ao consumo das ilhas, ou seja, 74 mil toneladas. Se a União Europeia recusar, o que o membro do Governo disse que seria extremamente injusto, Portugal poderá ainda avançar com uma solução de recurso. Ou seja, o Estado pagará a multa destinada aos agricultores com produção excedentária, infringindo, portanto, o regulamento comunitário. No entanto, a seguir, Portugal ainda poderá sempre requerer que as ajudas se tornassem compatíveis, medida que pode ser autorizada pelo Conselho de Ministros da Agricultura.

No domingo, em Mogadouro, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Victor Barros, foi claro ao afirmar que a abertura geral da caça se saldou em apenas 19 contravenções entre mais de três mil caçadores controlados pelo corpo nacional da guarda florestal. Segundo este membro do Governo, o dia correu normalmente.

Fazendo o balanço sobre a dia de abertura geral da caça, em Trás-os-Montes, onde acompanhou um grupo de caçadores associados da federação das associações de caçadores da primeira região cinegética, o secretário de Estado atribuiu alguma falta de caça ao facto de nesta zona do país não abundar coelhos e lebres. «Pôr a caçar 230 mil caçadores com apenas 30 por cento do território ordenado é muito pouco», comentou, defendendo que «as zonas de caça municipais poderão ser uma solução, sobretudo, nas áreas de minifúndio, como é o caso dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro». Na opinião do secretário de Estado, «só com o ordenamento do território é que se começará a ter caça, na medida em que os caçadores passarão a ter preocupações de fazer repovoamentos, vacinações e de semear culturas para a alimentação das espécies cinegéticas».

DESTAQUE – CM

Segurança rodoviária

RENOVAR PARA REDUZIR SINISTRALIDADE

O Executivo socialista deu luz verde ao decreto-lei que estabelece as regras e o procedimento a seguir na emissão de certificados de destruição qualificada de veículos em fim de vida.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, dia 28 de Setembro, durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa.

Com esta medida, o Governo pretende que, ao fim da sua vida útil, os veículos automóveis passem a constituir um fluxo de resíduos, cuja gestão esteja sujeita às regras estabelecidas no decreto-lei n.º 239/97, de 9 de Setembro.

Os veículos em fim de vida são resíduos com características muito específicas por conterem uma multiplicidade de componentes, que, segundo os governante, podem e devem ser valorizados, em elevada proporção, e também pelo facto de alguns desses componentes, uma vez passados à condição de resíduos, serem classificados como perigosos.

No quadro das medidas a tomar, para garantir a qualificação do sector de gestão deste tipo de resíduos, o Executivo considera de especial importância a



instituição de um certificado de destruição ou desmantelamento qualificado dos veículos em fim de vida, a emitir por entidades especialmente credenciadas para o efeito, mediante uma autorização prévia a emitir pela Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, a qual deverá ser concedida, apenas, quando os interessados cumpram um conjunto de requisitos demonstrativos da possibilidade de

destruição ou desmantelamento de veículos em condições de segurança ambiental.

O Conselho de Ministros, na mesma reunião, aprovou ainda um diploma que cria um incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida, através da atribuição de um crédito de imposto automóvel, de montante fixado, a quem entregar para destruição, no contexto previsto e com observância das normas de protecção ambiental, automóveis ligeiros com mais de dez anos.

Este decreto-lei, que visa incentivar a retirada de circulação dos automóveis ligeiros que, pela idade e estado de conservação, sejam susceptíveis de comprometer quer a segurança quer a qualidade do ambiente, insere-se no conjunto de medidas já implementadas em ordem a melhorar a segurança rodoviária por forma a reduzir os elevados níveis de sinistralidade nas estradas portuguesas.

Cria-se assim um incentivo fiscal que motive os proprietários de tais automóveis ligeiros a entregá-los para destruição e, em sua substituição, optar pela aquisição de automóveis ligeiros novos, articulando-se, desde já, com o diploma que, em sede de protecção ambiental, vem definir as regras de emissão dos certificados de destruição.

O incentivo fiscal reveste a forma de redução no imposto automóvel devido na compra de automóvel ligeiro novo sem matrícula, admitido ou importado, o qual deve ser requerido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), mediante exibição do certificado de destruição do veículo ligeiro em fim de vida.

Deste modo, os automóveis ligeiros com dez anos ou mais, e menos de 15 anos, cuja destruição está devidamente certificada, a redução é de 150 contos no imposto automóvel de aquisição de um ligeiro novo. Para automóveis ligeiros com 15 anos ou mais, cuja destruição está devidamente certificada, a redução é de 200 contos no imposto automóvel de aquisição de um ligeiro novo.

Podem beneficiar do incentivo previsto neste diploma os proprietários, há mais de um ano, de automóveis ligeiros, desde que os veículos estejam matriculados há mais de dez anos; sobre os mesmos não incidam ónus ou encargos de ordem fiscal ou outros; e sempre que as viaturas estejam em condições de circulação pelos seus próprios meios; ou sejam entregues para destruição nos termos do presente diploma.

DESTAQUE – CM

Polícia Judiciária

MODERNIZAÇÃO CONTRA CRIME ORGANIZADO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 28, a Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

Este diploma visa permitir adequar a Polícia Judiciária a responder aos desafios colocados pelo aparecimento e generalização de novas formas de criminalidade, cada vez mais sofisticadas, opacas e imunes aos métodos tradicionais de investigação, dotando-a de uma estrutura orgânica que lhe permita, com elevado grau de eficácia, prosseguir a sua função decisiva no âmbito da prevenção da criminalidade, da investigação criminal e da coadjuvação das autoridades judiciárias.

Para este efeito, estabelecem-se regras de aperfeiçoamento e clarificação do modelo mais apto a combater, em especial, a criminalidade organizada e a que lhe está associada, bem como a altamente complexa e violenta, cujas características exigem a gestão de um sistema de informação a nível nacional, afirmando-se que a Polícia Judiciária constitui um corpo superior de polícia criminal com estatuto próprio, que a distingue das demais forças policiais e de segurança.

Define-se, em desenvolvimento do sistema estabelecido na Lei da Organização da



Investigação Criminal, um quadro normativo que associa as funções de investigação e prevenção à centralização nacional da informação criminal e respectiva coordenação operacional.

Reforça-se o carácter nacional da intervenção da Polícia Judiciária e a disponibilidade de intervenção rápida e eficaz em todo o território nacional, redefinindo-se a implantação geográfica das Directorias e dos Departamentos de Investigação Criminal, adequando-a às realidades criminológicas constatadas, à

melhoria dos acessos e em obediência ao princípio da não dispersão de departamentos, com significativos ganhos em matéria de eficiência económica e eficácia da investigação de mais elevado nível.

Como órgãos de consulta do director nacional, mantém-se o Conselho Superior de Polícia, agora denominado Conselho Superior da Polícia Judiciária, conferindo-se-lhe garantias acrescidas de operacionalidade, criando-se o Conselho de Coordenação Operacional, visando o planeamento e a concepção dos necessários mecanismos de coordenação interna e externa, bem como a avaliação periódica da relação e articulação com os demais órgãos de polícia criminal, os serviços aduaneiros e de segurança.

As novas formas que assume a cooperação internacional determinam a criação do Departamento de Cooperação Internacional dando unidade às várias vertentes da intervenção neste domínio designadamente face aos compromissos de Portugal no âmbito da União Europeia e da Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC/Interpol).

Em matéria de estatuto de pessoal, clarifica-

se a definição das áreas específicas de investigação ou de polícia e as áreas de apoio à investigação ou técnicas, reformulando-se as respectivas designações.

No que respeita à primeira destas áreas, determina-se a exigência de licenciatura para o ingresso na carreira de investigação criminal e comete-se aos níveis superiores da respectiva carreira um papel decisivo no domínio da valoração das instruções ou directivas das autoridades judiciárias na perspectiva do desenvolvimento da autonomia da investigação criminal consagrada na Lei da Organização da Investigação Criminal.

Aproveita-se a oportunidade para realizar uma ambiciosa reestruturação de carreiras de forma a adaptar a estrutura da Polícia aos desafios que lhe são colocados por uma desejada modernização administrativa. Em complemento, revalorizam-se as estruturas indiciárias, o que é feito, atentas as limitações orçamentais actuais, em duas fases.

Finalmente, actualizam-se as pensões de aposentação de um grupo de funcionários que, por virtude de vicissitudes várias, auferem pensões extremamente degradadas.

AGRICULTURA

O pagamento de indemnizações da Reforma Agrária vai custar ao Estado português perto de 50 milhões de contos, revelou, no passado dia 30, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos. Falando numa cerimónia de celebração de contratos de arrendamento com 132 agricultores, em Lentiscais, no âmbito do «processo de regularização do uso da terra expropriada ou nacionalizada» pela Reforma Agrária de 1974/75, Capoulas Santos sustentou que aquele «ficará encerrado dentro de pouco meses, cumprindo-se assim o Estado de Direito, pagando em dinheiro aos ex-proprietários e não em títulos de Tesouro como antes estava determinado».

O processo de regularização envolveu 20 mil hectares e em Lentiscais os contratos envolveram um total de 830 hectares da herdade do Monte do Pardal.

«Para que o processo seja definitivo o passo seguinte é, tendo em conta que a suprema aspiração do agricultor é que a terra em que trabalha seja de sua propriedade, é intenção do Estado, dentro do prazo de dois anos, vender este património aos seus titulares, com preços a estabelecer oportunamente e tendo em conta as melhorias feitas e facilitando o seu pagamento», referiu o governante.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, defendeu, no dia 2, a necessidade da «restauração da democraticidade» nas cidades, com vista a uma maior participação dos cidadãos na discussão da vida urbana.



«Além da criação de mais espaços verdes, de mais zonas para peões e menos para automóveis, da redução da poluição e da recuperação dos centros históricos, queremos que esta nova política para as cidades traga também uma renovação do empenhamento dos cidadãos na discussão da vida da sua cidade», explicou Sócrates. «Foi nas cidades que nasceu a democracia, é agora altura de incentivar a participação democrática em tudo o que respeita a essas mesmas cidades, não deixando as decisões entregues apenas aos especialistas e aos decisores», frisou.

José Sócrates falava em Viana do Castelo, depois de ter apadrinhado o início da actividade da comissão de

acompanhamento local do Programa Polis, que integra representantes de várias instituições da cidade, como associações de actividades económicas ou ambientalistas e Juntas de Freguesia.

Esta deslocação foi ainda aproveitada para a apresentação da Mascote Polis, um boneco insufável, em forma de formiga, cujo nome sairá das sugestões que as crianças de várias escolas do primeiro ciclo foram convidadas a dar.

O Programa Polis de Viana do Castelo tem projectados investimentos superiores a 15 milhões de contos (75 milhões de euros), a realizar até Junho de 2003, em toda a frente ribeirinha da cidade e parte do Centro Histórico.

CULTURA

O ministro da Cultura, José Sasportes, afirmou, no dia 1, que a inauguração da nova Orquestra Nacional do Porto, ocorrida na reabertura do Coliseu portuense, marca «um grande dia» para a cidade.



Falando aos jornalistas à entrada para o espectáculo inaugural da nova formação sinfónica do Porto, Sasportes considerou que se trata de «mais um passo na caminhada para a Casa da Música».

Questionado sobre a composição da orquestra, que inclui um grande número de estrangeiros, nomeadamente o seu maestro titular, o ministro salientou que na música «não há uma só cor nem uma só nação».

O concerto marcou também o regresso do Coliseu às actividades culturais, depois de três meses de obras que aumentaram o seu fosso de orquestra e melhoraram todas as estruturas do espaço, colocando-o tecnicamente ao nível dos melhores da Europa.

No intervalo do concerto, Sasportes entregou os prémios Almada e Revelação Ribeiro da Fonte, na área da música, a Helena Sá da Costa e Luís Tinoco.

DEFESA

O ministro da Defesa considerou, no dia 29, em Lisboa, que o Instituto de Defesa Nacional (IDN) deverá constituir-se como um «efectivo instrumento de apoio» da tutela e do Governo.

Castro Caldas intervinha na posse do novo director do Instituto, major-general Valença Pinto, cuja cerimónia representou mais «uma oportunidade» para «explicitar direcções de

actuação que o Governo entenda como mais urgentes e apropriadas», neste caso em instituições como o IDN.



A reflexão sobre as implicações decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais, o «impacto estratégico» da escolha de interesses comuns por parte dessas instituições, a construção de uma política de defesa e segurança comum no seio da União Europeia e da NATO, são alguns dos desígnios a prosseguir pelo IDN, observou o ministro Castro Caldas.

Contribuir para se atingir «a harmonia indispensável que terá de existir no domínio dos conceitos, dos procedimentos e, sobretudo, da percepção dos valores entre as componentes civil e militar da Defesa Nacional» é outro dos pressupostos inerentes à actividade do IDN, acrescentou o ministro.

DESENVOLVIMENTO RURAL

A abertura geral da caça saldou-se, no dia 1, em 19 contravenções entre mais de três mil caçadores controlados pelo corpo nacional da guarda florestal, num dia que correu normalmente, de acordo com o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros.



O balanço foi feito pelo governante, em Trás-os-Montes, onde acompanhou um grupo de caçadores associados da federação das associações de caçadores da 1ª Região Cinegética pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro, nos primeiros disparos da nova época de caça.

«Em mais de três mil caçadores controlados foram detectadas 19 contravenções, as mais graves relativas a dois caçadores apanhados, em Torre de Moncorvo, com balas que não podem usar na caça menor, para a qual são autorizados apenas cartuchos», disse.

Aos dois homens foram apreendidas as armas e a carta de caçador e levantadas contra-ordenações que podem levar ao pagamento de coimas entre 50 e 500 contos.

No resto do País foram igualmente detectadas situações de invasão de uma zona de caça, onde os caçadores visados não eram associados e não podiam caçar e ainda casos de falta de documentação.

O controlo de álcool, introduzido nesta época venatória para uma maior segurança na caça, não detectou nenhum infractor, visto nenhum dos três mil caçadores fiscalizados ter apresentado excesso, como teve também a oportunidade de constatar o secretário de Estado numa demonstração feita ao início da manhã, em Macedo de Cavaleiros.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, afirmou, no dia 30, em Sesimbra, que o esforço de construção em Portugal deve virar-se para a reabilitação e conservação do património edificado.



«As rendas antigas já não constituem desculpa para não se fazer a reabilitação do património edificado», sustentou, sublinhando: «As rendas antigas são perfeitamente marginais porque dizem respeito a cerca de 300 mil habitações num património de 4,8 milhões de casas».

Leonor Coutinho falava na sessão de encerramento do encontro internacional «Em Defesa do Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de construir».

Referindo-se ao elevado índice de construção de novos edifícios em Portugal na última década, a governante considerou que é necessário transferir o esforço de construção para a reabilitação e conservação do património edificado.

Mas, reconheceu que as receitas do licenciamento de novas construções se revelaram muito mais atractivas para as câmaras municipais do que o licenciamento de obras de reabilitação nas construções existentes.

PELO PAÍS

Governança Aberta

A intervenção de Leonor Coutinho coincidiu no essencial com as conclusões do encontro internacional em que participaram dezenas de especialistas nacionais e estrangeiros.

Os participantes concluíram que reabilitar, em vez de construir, é uma mudança que contribui para «salvaguardar o património natural e a paisagem, conservar o carácter e a beleza das cidades e das aldeias, aproveitar melhor o importante recurso que é o património edificado e preservar a qualidade de vida das populações».

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, congratulou-se, no dia 29, por a revisão da directiva europeia sobre prevenção de branqueamento de capitais garantir aos advogados o sigilo tanto na defesa como na consultadoria jurídica aos seus clientes. Em declarações à Imprensa, Costa realçou que a nova versão do documento veio ao encontro da posição portuguesa.

Os ministros da Economia e Finanças dos Quinze chegaram sexta-feira a um acordo político sobre a obrigatoriedade de certas profissões, como a advocacia e contabilidade, passarem a denunciar em determinadas circunstâncias operações suspeitas de relações com o branqueamento de capitais.

O texto que acabou por merecer o consenso dos responsáveis europeus prevê que os advogados que prestem «assistência em termos de planeamento e execução de acções» sejam obrigados a informar as autoridades sobre actividades que julguem ser ilícitas, abandonando a formulação apresentada anteriormente que incluía a sua actividade de «consultoria jurídica».

PESCAS

A redução e a racionalização do esforço de pesca constitui uma das principais prioridades das políticas piscatórias, afirmou, no dia 30, em Alvor, Portimão, o secretário de Estado das Pescas.



Falando numa conferência promovida pela Câmara de Portimão, no âmbito do Dia Mundial do Mar (28 de Setembro), José Apolinário, sublinhou a necessidade de melhorar o ordenamento da actividade piscatória.

«Queremos criar condições para melhorar a organização da pesca local, mas para isso

é necessário melhorar a actividade piscatória» disse Apolinário.

De acordo com o governante, 91 por cento da frota de pesca tem embarcações com menos de 12 metros de comprimento, dependendo de Norte a Sul do País da actividade de pesca local cerca de 15 mil pessoas.

Nesse sentido, explicou, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, a vigorar até 2006, os incentivos para a actividade piscatória, nomeadamente para a construção de barcos, foram reduzidos para 40 por cento a fundo perdido e mais 10 por cento reembolsáveis.

Na conferência, além da temática dos apoios à pesca artesanal, o programa incluiu o debate sobre «Ria de Alvor – Que Perspectivas de futuro?», durante o qual foram dados a conhecer as iniciativas tendentes a preservar esta zona dunar e húmida de Portimão.

PRESIDÊNCIA

O ministro da Presidência classificou o escritor Ruben A. como «uma das grandes referências» da literatura portuguesa da segunda metade do século XX, «sobretudo por se tratar de um autor extraordinariamente completo».

«É um autor que se afirmou na investigação histórica e todos reconhecem que o seu estudo sobre D. Pedro V é superior, foi ele o grande revelador da figura extraordinária que foi esse rei», começou por referir Guilherme d'Oliveira Martins.

O ministro, que falava, no dia 30, em Caminha, no decorrer de um colóquio sobre a obra de Ruben A, destacou também o livro de memórias deste escritor, intitulado «O mundo à minha procura», descrevendo-o como «um texto extraordinariamente rico e maduro, feito por alguém que retrata a sociedade e o tempo em que viveu».

Ruben A. é o nome de artístico de Ruben Alfredo Andersen Leitão, um escritor que viveu entre 1920 e 1975 e em cuja obra se encontram profundas afinidades com o Alto Minho, já que viveu uma parte da sua vida nesta região.

SAÚDE

A ministra da Saúde elogiou, no passado dia 30, a capacidade científica, de ensino e prestação de cuidados dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), mas chamou a atenção para o facto de recuperar pouco nas listas de espera de cirurgias.

«É uma crítica que me permito fazer sempre que tal se justifique», referiu Manuela Arcanjo aos jornalistas, após a sessão de encerramento do II Congresso dos HUC, que assinalou o 14º aniversário das novas instalações.

Para a governante, a unidade hospitalar «é uma referência no quadro da saúde, e tem trabalhado muito e bem, e não há dúvidas que os profissionais no seu conjunto perseguem os objectivos políticos» definidos pelo Governo.

No entanto, Manuela Arcanjo considera que o que tem sido feito «é pouco para acabar com as listas de espera na cirurgia», um domínio em que os seus profissionais são referência no País e na Europa.

«Tem de mim toda a disponibilidade. Não basta que se diga politicamente que a saúde é uma prioridades. É preciso a colaboração de todos, o empenho de todos», sublinhou Manuela Arcanjo na sessão.



atividade das empresas portuguesas.

Para o governante, é necessário que os próximos anos assistam à «melhoria da produção, da competitividade e dos salários dos trabalhadores» portugueses, de forma a atingirem os níveis da União Europeia.

TRABALHO

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou no dia 28, que a resposta do mercado de trabalho à falta de empregados deve ser a qualificação empresarial e não a exploração de imigrantes ilegais.

Ferro Rodrigues salientou que Portugal atingiu uma situação de «quase pleno emprego», mas esse facto pode tornar-se numa «situação negativa, se a resposta dos empresários for a exploração dos trabalhadores imigrantes» de forma ilegal.

Na apresentação do primeiro Encontro da Qualificação Empresarial, que decorreu em Leiria, o ministro defendeu uma «relação mais forte entre as empresas e o tecido do ensino», de forma a aumentar a competi-

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 28 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece as regras e o procedimento a seguir na emissão de certificados de destruição qualificada de veículos em fim de vida;
- Um decreto-lei que cria um incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida através da atribuição de um crédito de imposto automóvel, de montante fixado, a quem entregar para destruição, no contexto previsto e com observância das normas de protecção ambiental, automóveis ligeiros com mais de dez anos
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Polícia Judiciária;
- Uma proposta de lei que altera os artigos 9º, 10º, 12º, 14º, 17º, 18º e 24º e adita os artigos 10º-A e 14º-A à Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais);
- Um decreto-lei que transforma a SATA Air Açores – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, EP em sociedade anónima de capitais públicos e aprova os respectivos estatutos;
- Uma resolução que cria a Agência Nacional para a gestão do programa comunitário de acção «Juventude»;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 474-A/99, de 8 de Novembro que aprova a Lei Orgânica do XIV Governo;
- Um decreto-lei que adopta medidas de combate à tuberculose e altera as normas relativas à classificação sanitária dos efectivos bovinos;
- Um decreto-lei que alarga até ao dia 31 de Dezembro de 2000, o prazo para as empresas seguradoras para dar cumprimento ao disposto no diploma que estabelece o regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro;
- Um decreto regulamentar que estabelece a estrutura das remunerações base das carreiras e categorias existentes no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia;
- Um diploma que revoga a alínea c) do artigo 1º do decreto-lei n.º 40 801, de 16 de Outubro de 1956;
- Um decreto que sujeita a servidão militar os prédios militares, n.º 5/Cascais «Bateria da Parede e Ramal de Serventia», n.º 6/Cascais «Quartel da Bateria da Parede» e n.º 39/Cascais «Central Eléctrica e Abrigo para Projectos»;
- Uma resolução que delega na ministra da Saúde competência para a prática de actos de instrução relativos aos procedimentos cuja abertura foi autorizada pela resolução n.º 135/99, de 22 de Outubro;
- Uma resolução que ratifica parcialmente as normas provisórias para a área a abranger pelo plano de urbanização de Póvoa de Varzim;
- Uma resolução que ratifica uma alteração à planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Carrezeda de Ansiães;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar-Marinha Grande;
- Uma deliberação que aprova a proposta do primeiro-ministro e do ministro da Defesa Nacional e propõe ao Presidente da República a exoneração do general Manuel José Alvarenga de Sousa Santos do cargo de chefe do Estado-Maior da Força Aérea;
- Uma deliberação que aprova a proposta do primeiro-ministro e do ministro da Defesa Nacional e propõe ao Presidente da República a nomeação do general Manuel José Alvarenga de Sousa Santos para o cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO **Quota leiteira**

VISÃO SERENA



O deputado socialista António Martinho avaliou positiva e serenamente a actuação do Governo socialista no caso da produção leiteira portuguesa que recentemente excedeu a quota fixada no âmbito da Política Agrícola Comum.

António Martinho falava, no passado 29 de Setembro, na Assembleia da República, durante o debate sobre a quota leiteira.

Na ocasião, o parlamentar do PS sublinhou que o Executivo chefiado por António Guterres «tem uma Política Agrícola Nacional, sabe definir as suas metas, tem sabido negociar, tem sabido gerir, tem sabido criar as condições para, também na agricultura, Portugal poder equiparar-se a outros países europeus».

Recorde-se que o País viveu, pela primeira vez, na campanha de 1999/2000 uma situação de produção de leite além da quota quem lhe foi atribuída no Quadro da União Europeia. Produziram-se mais 63 mil toneladas.

Segundo António Martinho, face à situação o Governo não se limitou a ver o processo de aumento de produção evoluir.

O Executivo – disse – «desencadeou um conjunto de acções de sensibilização dos produtores, dos compradores e das respectivas associações, alertando-os para o problema e para a necessidade de ajustamento das quotas individuais às respectivas produções».

Entre as medidas implementadas, o deputado socialista destacou a retirada compulsiva das quotas, na campanha seguinte, aos produtores que não as tinham utilizado na campanha anterior em, pelo menos 70 por cento, para sua redistribuição gratuita pelo que estão a produzir acima da respectiva quota.

Foi ainda criada numa página na Internet do Ministério da Agricultura, do

Desenvolvimento Rural e das Pescas uma «bolsa de quotas» que dá a possibilidade de compradores e vendedores poderem estabelecer contacto gratuitamente.

«Mas, para além destas decisões de âmbito nacional, fez-se também uma intervenção em Bruxelas, solicitando o aumento de quota com destino aos Açores tendo em conta a sua realidade de região ultraperiférica», referiu António Martinho, chamando a atenção para o facto de terem sido tomadas medidas a nível interno, «porque que há uma Política Agrícola Nacional» e frisando o desencadear de mecanismos negociais em Bruxelas «porque não escamoteamos que a nossa realidade é a de integração num espaço mais vasto onde existe uma Política Agrícola Comum».

Sobre o sistema de quotas no sector do leite, António Martinho afirmou haver «consonância quanto às suas vantagens no caso português», razão pela qual, argumentou, «o Governo se opôs, no ano passado, à tentativa de abolição do regime de quota e consequente liberalização do mercado do leite, então pretendida por alguns estados membros».

Na opinião do parlamentar do GP/PS, se essa opção tivesse obtido vencimento, teria tido efeitos devastadores ao nível dos preços, com graves prejuízos para o sector, em Portugal.

O deputado socialista sublinhou que a existência de quotas podem contribuir para o desenvolvimento rural se se tornarem instrumento de discriminação positiva.

«O regime de quotas, como factor regulador, pode potenciar decisões de discriminação positiva em benefício de zonas desfavorecidas, constituindo assim, instrumento de desenvolvimento do mundo rural. É que «as quotas e as garantias de preços mínimos asseguram (podem assegurar) a actividade produtiva» em zonas débeis ou desfavorecidas», concluiu.

MARY RODRIGUES

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA

<http://www.ps.pt>

DEPUTADO BARROS MOURA **Carta dos Direitos Fundamentais**

UM VALOR ACRESCENTADO



O debate realizado no dia 21 sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UE) «deixou claro» que o projecto, na sua formulação actual, «não constitui retrocesso em relação a direitos já consagrados».

A afirmação pertence ao deputado do PS Barros Moura, que integra a convenção responsável pela elaboração da Carta, em representação da Assembleia da República.

Em declarações no final dos trabalhos, que decorreram no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, Barros Moura lembrou que o próprio texto da Carta inclui uma «cláusula de não retrocesso».

O parlamentar sublinhou que nenhum dos direitos consagrados nas ordens jurídicas nacional e europeia é ameaçado pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Por exemplo, disse, foram consagrados e clarificados a questão da igualdade entre os sexos e o direito à greve, «que não estava explícito na anterior versão» do documento.

Barros Moura recordou que várias organizações não governamentais tinham criticado o texto, por considerarem que a igualdade de direitos entre homens e mulheres não estava assegurada no articulado.

O deputado do PS, membro da mesa a quem coube apresentar a síntese dos trabalhos do dia, disse que a maioria dos

participantes reconhece na Carta dos Direitos Fundamentais «um valor acrescentado em relação ao que existe a nível europeu» neste capítulo.

«Há direitos que (antes da Carta) ainda não eram reconhecidos como tal», salientou, dando como exemplo «o acesso dos cidadãos aos serviços públicos em condições de igualdade».

Por outro lado, referiu, com a Carta «termina a subalternização dos direitos sociais na ordem jurídica europeia», já que «direitos civis e políticos e direitos sociais passam a integrar o mesmo instrumento».

«A maioria dos participantes no debate acredita que a Carta venha, no futuro, a ter carácter vinculativo e a ser aplicada pelos tribunais», adiantou o antigo deputado do Parlamento Europeu.

Realçou, também, que o facto de o texto «ter sido preparado num assembleia pública de maioria parlamentar constitui uma inovação enorme» neste campo. Barros Moura congratulou-se por os contributos para a elaboração da Carta terem estado disponíveis na Internet, dando ainda particular ênfase ao envolvimento da comunidade científica e da sociedade em geral.

Além de Barros Moura e Maria Eduarda Azevedo (PSD), integraram a mesa dos trabalhos os deputados socialistas Manuel dos Santos (presidente da Comissão de Assuntos Europeus da AR) e Jorge Lacão (presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias).

DEPUTADO VÍTOR RAMALHO **Chaves**

MANIFESTAÇÃO POPULAR É RESULTADO DO ABANDONO DE DÉCADAS



O deputado socialista Vítor Ramalho, eleito por Vila Real, considerou no dia 28 a manifestação popular realizada em Chaves contra a extinção da delegação local da

Polícia Judiciária, como consequência do «abandono a que o distrito foi votado». Vítor Ramalho, que até à recente remodelação governamental ocupava o cargo de secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Economia, disse que «apesar do esforço que o Governo tem feito nos últimos tempos, a actuação da população é justificada, uma vez que o distrito esteve abandonado durante décadas».

A adjudicação do IP3, que o Conselho de Ministros anunciou, deve ser encarada, de

acordo com o deputado do PS, «como um reforço de uma acção para a região transmontana que tanto carece desse itinerário e que tantas potencialidades tem».

Nesta lógica, Vítor Ramalho espera agora que a execução do pólo de Chaves da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro «tenha início em curto prazo, em articulação entre a Universidade e o Ministério da Educação».

O ex-secretário de Estado adiantou que, entretanto, estão a ser desenvolvidos esforços para a realização de «um grande congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a participação de todos, sem distinção, na lógica do reforço do desenvolvimento e para a caracterização das prioridades da região».

BRUXELAS

Seguro defende

SISTEMA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO MAIS JUSTO

O eurodeputado socialista António José Seguro salientou no dia 28 de Setembro, em Bruxelas, que a principal preocupação dos socialistas europeus é a de «contribuir para que o sistema internacional de comércio possa funcionar a favor dos países pobres, e não apenas dos mais ricos», acrescentando que «o comércio mundial é importante para gear riqueza, mas só se essa riqueza for melhor distribuída, em particular nos países mais pobres. Assim sendo, as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) são uma prioridade para os socialistas, porque o combate à pobreza também o é».

O camarada António José Seguro, que presidia a um seminário subordinado ao



tema «Para uma ronda do desenvolvimento: a próxima ronda da OMC e os países em vias de desenvolvimento», organizado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, apelou a que haja uma reflexão no seio da OMC com vista à obtenção de soluções que permitam uma maior democratização do seu funcionamento. Neste contexto, defendeu a realização de uma conferência parlamentar entre todos os países da OMC, e de uma ronda ministerial daquela organização, já no próximo Verão.

Situação política no Peru

Numa iniciativa de Luís Marinho e de outros eurodeputados socialistas, o Grupo Parlamentar do PSE desencadeou um

debate de urgência sobre a situação política no Peru.

A resolução de urgência apela ao Presidente Fujimori para que convoque eleições presidenciais e parlamentares o mais brevemente possível, e para que, uma vez conhecidos os resultados, os aceite, sem pretender manter-se no poder depois de restabelecido o regime democrático.

O documento sublinha ainda que não deverá ser concedido asilo político a Vladimiro Montesinos, uma vez que as acusações de que é alvo poderão constituir delitos criminais punidos internacionalmente.

Finalmente, a resolução solicita às autoridades da UE que prestem o máximo auxílio possível ao processo de transição para a democracia no Peru.

J. C. CASTELO BRANCO

PARIS

Defesa

FORÇA DE INTERVENÇÃO RÁPIDA COM 80 MIL HOMENS

A força europeia de intervenção rápida, a criar em 2003, vai ter 80 mil efectivos. O anúncio foi feito, em Ecouen, arredores de Paris, pelo ministro francês da Defesa.

Estes homens ficam dotados de 300 a 350 aviões de combate e 80 navios, adiantou Alain Richard, no âmbito de uma reunião informal dos seus homólogos dos Quinze. A União Europeia (UE) decidiu em Dezembro de 1999, na Cimeira de Helsínquia, a formação de um contingente misto com 50.000 a 60.000 soldados – 15 brigadas em rotação, com um total de 180.000 militares, mobilizáveis em 60 dias e aptos a permanecerem até um ano em teatros de operações distantes 4.000 quilómetros. Os peritos militares estimaram, contudo, que a meta só seria alcançável com 80.000 efectivos, justificados pela diversidade de cenários onde poderão intervir.

O documento analisado pelos Quinze tem 50 páginas, pormenorizando em 500 linhas os meios humanos e equipamento necessário à UE. Cada país receberá um convite para cobrir uma parte dos meios, especificando o tipo de unidade a disponibilizar e o número de homens, bem como o tempo necessário para a colocar em acção.

A Dinamarca beneficia de uma cláusula de excepção inscrita no Tratado de Amesterdão e incidente na Defesa, no euro e no espaço Schengen.

Nesta condição, não participará na conferência de 20 e 21 de Novembro em



Bruxelas, para a definição das contribuições de cada um dos Quinze.

O alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE, Javier Solana, disse que a meados de Outubro se reunirá com a presidente do Parlamento Europeu (PE), Nicole Fontaine, e com os diferentes grupos políticos, para dirimir a restrição a documentos classificados de «segredo militar» imposta aos cidadãos dos Quinze.

A comissão jurídica do PE recomendou recentemente a Nicole Fontaine que apresentasse um recurso ao Tribunal Europeu de Justiça, no Luxemburgo, contra tal restrição.

A Holanda já decidiu apresentar à mesma

instância queixa contra o Conselho de Ministros da UE, discordando da secretismo em política de Defesa.

O executivo da Haia, num comunicado, afirma não condenar tanto o imperativo de manter a reserva sobre certos documentos, como o modo como são tomadas decisões pelo Conselho de Ministros.

Os holandeses não vêem com bons olhos que documentos ligados à Defesa dos Quinze sejam imediatamente classificados

como confidenciais, de acordo com a proposta do senhor PESC. Em contrapartida, preconizam que a classificação seja feita segundo o conteúdo de cada documento, e não numa base generalista.

Vão, portanto, ficar à espera da reunião de Outubro, para ver o que sairá do PE acerca do direito de acesso dos cidadãos a informação confidencial sobre Defesa comum.

Internacional Socialista exige retirada de Milosevic

A Internacional Socialista (IS), organização liderada pelo camarada António Guterres, num comunicado do dia 3, «apela a Slobodan Milosevic para que aceite os resultados das eleições presidenciais reclamados pelo líder da oposição democrática Vojislav Kostunica, que lhe conferem uma vitória na primeira volta das eleições realizadas a 24 de Setembro».

A IS exige ainda que o actual presidente Milosevic «abandone rapidamente a cena política jugoslava, a fim de permitir uma rápida e pacífica normalização das instituições do país democraticamente eleitas, bem como da vida do povo sérvio».

Na nota, a IS felicita, por seu turno, o líder da oposição democrática da Sérvia, Vojislav Kostunica, «pela sua vitória nas eleições presidenciais realizadas na República Federal da Jugoslávia e formula votos para que a sua vitória possa contribuir para a construção de uma Jugoslávia como um Estado de Direito livre, democrático e que encete uma aproximação à União Europeia e aos valores em que esta se baseia».

J. C. CASTELO BRANCO

GABINETE PARA PROMOVER CIDADANIA

Um conjunto de acções de formação, aliada à recente abertura do Gabinete de Mediação Social, fazem parte da estratégia para uma melhor educação cívica que este mês será implementada junto da camada mais jovem da população.

A Delegação Regional de Lisboa e o Instituto Português da Juventude (IPJ) deram, no passado dia 20 de Setembro, mais um passo fundamental no sentido de contribuir para a construção de uma melhor cidadania. Trata-se da inauguração do Gabinete de Mediação Social, um acto oficial presidido pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, que contou com a presença do presidente do IPJ, Pedro Meireles, e do delegado regional do IPJ de Lisboa, José Viegas.

O Gabinete surge na sequência da 6ª formação da Associação Europeia de Jovens Mediadores, organizada pelo secretariado «Entreculturas» que o IPJ acolheu em Julho último.

O sucesso desta iniciativa levou ao convite por parte do IPJ de Lisboa para o desenvolvimento de cursos de mediação social e ao desafio para a implementação de um Gabinete de Mediação Social, à semelhança do que já se faz um pouco por toda a Europa.

A mediação social é reconhecida actualmente como meio de prevenção e de resolução de conflitos, desenvolvendo-se, na sua aprendizagem, um sentido da escuta, de responsabilidade, de autonomia, de iniciativa pessoal e colectiva.

-O que é a mediação social?

A mediação é um meio de prevenção e de resolução de conflitos e problemas.

A aprendizagem da mediação pelos adultos e jovens permite detectar os conflitos, exprimir os problemas e ter a possibilidade de ser ouvido com neutralidade ou imparcialidade.

O espírito da mediação ajuda a desenvolver em cada um de nós o sentido

da escuta, da responsabilidade, da autonomia, da iniciativa pessoal e colectiva, do respeito dos bens e das pessoas, que devolve a cada um a sua dignidade.

A mediação é, por tudo isto, um primeiro passo para a educação cívica, cívica.

Essa aprendizagem inscreve-se nas directivas oficiais da formação à cidadania.

- Qual a importância da mediação social?

- Funcionar como «radar social», identificando as fontes do conflito social;
- Propor uma acção para prevenir e resolver o conflito social;

- Adquirir competências sociais que permitam lidar com as emoções e afectos;
- Reparar uma comunicação interrompida e construir uma nova, desbloqueando a situação de conflito entre as partes no seio das comunidades;

- Fazer uma reparação moral complementar à material.

- Objectivos e finalidades da mediação social

- Transformar relações, de forma a reduzir o conflito a níveis geríveis, possibilitando a construção de acordos mutuamente aceitáveis;

- Acolher as dimensões emocionais do conflito e prevenir os fenómenos de manipulação negativa, típicas da extensão do fenómeno;

- Criar um espaço de diálogo e de encontro;

- Saber gerir situações de oposição no decurso das relações interpessoais e intrapessoais;

- Promover a cidadania como forma de responsabilização e autonomia de cada um e de aceitação e respeito pelo(s) outro(s).

- Metodologia

- Exercícios e práticas que permitam aos participantes experimentar por si próprios os mecanismos do conflito;

- Identificar as manifestações de conflito e relacioná-las com as raízes causais em termos emocionais e sociais;

- Gerir as expressões de conflito já analisadas e proporcionar práticas de reorientação de energias;

- Formação contínua assente na reflexão sobre a vivência/experiência humana do conflito;

- Estabelecimento de um processo de formação em «cascata» que dissemine continuamente o conjunto base de competências que se pretende desenvolver nas comunidades.

CARLOS CÉSAR GARANTE 7,5 MILHÕES DE CONTOS PARA A RECONSTRUÇÃO

Carlos César, candidato do PS a presidente do Governo Regional dos Açores, garantiu no passado sábado à noite investimentos de 7,5 milhões de contos (37,5 milhões de euros), em 2001, na reconstrução das zonas do Faial atingidas pelo sismo de Julho de 1998.

O presidente do Governo Regional, que falava num comício com centenas de pessoas na cidade da Horta, salientou que essa verba permitirá, caso os socialistas ganhem as eleições de 15 de Outubro, «acabar bem» o processo da reconstrução, depois de 70 por cento do parque habitacional do Faial ter ficado danificado com o abalo que vitimou oito pessoas.

O Executivo açoriano «reagiu com coragem e sensibilidade» às calamidades naturais que assolaram as ilhas desde 1996, sendo, ainda, possível «cumprir os compromissos» governativos em diversos sectores, caso da saúde, solidariedade social, agricultura e acessibilidades, realçou.

O presidente do Executivo açoriano aproveitou o último comício antes do arranque oficial da campanha para acusar o PSD de «já não ter credibilidade» no arquipélago, ao contrário do PS «que não precisa de assinaturas» para formalizar os seus compromissos, referindo-se aos Pactos de Desenvolvimento que o líder laranja firmou nas nove ilhas durante as

últimas semanas.

Adiantou, ainda, que estão com o projecto socialista «dezenas de personalidades que, nas últimas eleições, apoiaram outros partidos», uma prova do reconhecimento da «qualidade do trabalho» desenvolvido desde 1996, quando o PS assumiu o poder pela primeira vez nos Açores.

A adesão destas pessoas representa a confirmação que o Executivo «governa para todos os açorianos e não, apenas, para os socialistas», um comportamento «valioso» que será mantido na próxima legislatura, em caso de vitória a 15 de Outubro, assegurou Carlos César.

Investimentos

O cabeça-de-lista pelo Faial, Renato Leal, enumerou os investimentos efectuados e projectados pelo Governo Regional na ilha, caso da ampliação da marina e do hospital, recuperação da fábrica da baleia e obras em escolas, para justificar «o ar de vitória» que se vive, apesar «de não haver vencedores antecipados» em matéria eleitoral.

Salientou, também, o trabalho dos dois deputados da bancada socialista no Parlamento açoriano durante os últimos quatro anos, o qual permitiu que o PS «apareça ao eleitorado sem medo».

UGT EXIGE REPOSIÇÃO DO PODER DE COMPRA

O secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), camarada João Proença, reafirmou no dia 28 que a compensação pela derrapagem da inflação, a incluir nos aumentos salariais do próximo ano, deverá ser de, no mínimo, 0,7 pontos percentuais.

João Proença reagiu assim ao ministro das Finanças que, em Praga, afirmou que a correcção prometida pelo primeiro-ministro, e a incluir nos próximos aumentos, seria de 0,2 pontos percentuais, tratando apenas de «repor perdas de poder de compra».

A tabela salarial na função pública registou um aumento de 2,5 por cento, este ano, e a subida dos preços no consumidor, de acordo com as Grandes Opções do Plano para 2001, deverá ser este ano de 2,7 por cento, pelo que a correcção só pode ser de 0,2 pontos percentuais, explicou Joaquim Pina Moura.

A central sindical defende que os aumentos salariais deverão, não só repor a perda de poder de compra, mas também prever um crescimento significativo dos salários reais, pelo que, a correcção deverá ser,

necessariamente, superior aos 0,2 pontos percentuais.

Concertação social

Por outro lado, João Proença reiterou a sua vontade de ver os referenciais do governo para a inflação serem acordados em sede de concertação social, para «que situações como esta não voltem a acontecer».

O sindicalista realçou ainda que, nos últimos três anos, as previsões do governo para a inflação ficaram sempre «aquém da realidade», garantindo que as perdas acumuladas já atingem os 2,0 por cento.

A UGT esteve na semana passada reunida com o primeiro-ministro, com quem discutiu, entre outras, esta matéria, sublinhando a necessidade de encontrar um «denominador comum» entre o Governo e os restantes parceiros sociais. «Uma vez que uma previsão totalmente fidedigna da inflação para 2001 parece impossível, o Governo deve, pelo menos, tentar encontrar, em conjunto com os parceiros sociais, um diferencial aceitável por todos», concluiu.

SAMPAIO MAESTRO POR UM DIA PARA REGER «A PORTUGUESA»

O Presidente da República foi no dia 2 maestro, por umas horas, de um coro de meninos de uma escola do Monte de Caparica, Almada, que cantaram o hino, no âmbito da iniciativa do Governo «Símbolos da República».

Na Escola Básica n.º 3 do Monte de Caparica, onde convivem mais de 200 crianças, entre elas muitas de etnia cigana e dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Jorge Sampaio entregou às professoras o «kit» contendo a bandeira verde e vermelha, a cassetete com a letra e a música do hino e o mapa de Portugal. «Neste exame já passámos», disse o Chefe de Estado aos muitos meninos e meninas que não quiseram defraudar Sampaio e lhe mostraram que tinham a primeira estrofe de «A Portuguesa» na ponta da língua.

Maria Patrícia, 10 anos, bem se esforçou por isso. Afinal, andou dias a fio a «decorar» a letra inteirinha. «Ensaíávamos nas aulas e, às vezes, até as professoras nos mandavam treinar como trabalho de casa», afirmou, inquietada, com a folhinha do hino na mão. Maria é apenas uma das 215 crianças que frequentam o 1º ciclo na Escola nº 3 do Monte de Caparica. Uma escola onde os pais não aparecem nas reuniões, onde a taxa de absentismo dos alunos ronda os 20 por cento.

Multiculturalidade

Foi precisamente a pensar nas «dificuldades» existentes na escola e na sua «multiculturalidade» que Jorge Sampaio a elegeu para a apadrinhar a iniciativa «Símbolos da República», promovida pelos ministérios da Administração Interna e da Educação e pela Secretaria de Estado da



Juventude.

«É preciso conhecer a bandeira e cantar o hino. São as formas de mostrarmos que estamos todos unidos apesar de sermos todos diferentes uns dos outros», afirmou. «Não tenham vergonha de cantar o hino, mesmo nas situações mais difíceis, mesmo sabendo que esta escola tem problemas. Temos que saber resolver os problemas. Os pais têm que ser chamados à escola, mas vocês têm que aprender por vocês mesmos», apelou Jorge Sampaio às muitas crianças que o escutavam atentamente, de lencinhos de papel verdes e vermelhos ao pescoço.

E porque os meninos e meninas quiseram demonstrar que não vão esquecer tão depressa a lição hoje ensinada por uma pessoa «muito especial» e que querem ter «orgulho pelo país» onde nasceram ou que os acolheu, deixaram já um recado aos governantes: querem um campo com balizas

para jogar à bola, um refeitório a funcionar e uns computadores novos para substituir os que foram roubados.

Jorge Sampaio e os ministros da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, e da Educação, Santos Silva, presentes igualmente na escola, sorriram e prometeram tratar dos pedidos.

Sampaio em defesa do equilíbrio

No Algarve, Jorge Sampaio, defendeu no passado dia 29, a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre as áreas protegidas e o desenvolvimento local.

Falando durante uma visita ao concelho de Aljezur, Sampaio sublinhou que as áreas protegidas e os parques naturais constituem aspirações de uma vida ambiental sã, mas que não podem impedir o desenvolvimento local.

«Nem os parques naturais se podem consolidar contra as pessoas, nem as pessoas podem ver o seu desenvolvimento natural impedido pelas áreas protegidas», sublinhou.

Para o chefe de Estado, este equilíbrio, que tem de ser encontrado, «é um estímulo para uma administração descentralizada que esteja perto das decisões e ao mesmo tempo

constitui também uma vantagem para as câmaras municipais».

Todavia, Jorge Sampaio reconheceu ser muito difícil para as autarquias defenderem as áreas protegidas se os municípios não entenderem a sua utilidade e a sua importância.

Numa clara alusão à barragem de Odelouca, que sofreu uma redução na sua capacidade devido a problemas ambientais, Sampaio referiu que um amigo, presente no salão nobre da Câmara de Aljezur, há dez anos procura o linco da Malcata sem o encontrar. «Estou de acordo que se procure e preserve, mas também não podemos eternamente ser mais favoráveis ao linco e menos favoráveis às pessoas», disse o Presidente, lembrando que neste momento se desenvolve um esforço significativo para dotar o País de água potável.

Recorde-se que a maior parte do concelho de Aljezur está inserido dentro do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Depois de ter assistido à apresentação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e do projecto de recuperação da Urbanização de Vale da Telha, na Fortaleza da praia da Arrifana, Sampaio, inaugurou a variante de Odeceixe.

Trata-se de uma obra para facilitar o acesso à praia de Odeceixe e retirar o trânsito do centro de Odeceixe, com cerca de 500 metros de comprimento, que integra um jardim e parque de lazer, cujos custos ascenderam a 200 mil contos.

O Presidente da República presidiu na mesma sexta-feira, em Vilamoura, à sessão solene comemorativa do décimo aniversário da Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL).

NOVA LEI DIFERENCIA MENORES EM RISCO

A partir de Janeiro de 2001, com a entrada em vigor da nova Lei Tutelar de Menores, os colégios do Instituto de Reinserção Social (IRS) vão receber apenas os jovens delinquentes, passando os jovens «em risco» para a alçada do Ministério da Solidariedade.

Dos cerca de 700 jovens que se encontram nos colégios de acolhimento do IRS, cerca de meio milhar são delinquentes, sendo os restantes considerados em risco, ou seja, miúdos cujas famílias são disfuncionais ou que os abandonaram por completo.

Também a partir de Janeiro estes colégios vão passar a chamar-se centros

educativos e vão ter três regimes: fechado, semiaberto e aberto.

Para os centros educativos em regime fechado só podem ir jovens com 14 anos já feitos (à data da aplicação da medida) ou mais (até 16 anos).

O regime fechado pode ter uma duração que varia entre os seis meses e os três anos.

Esta inovação introduzida na Lei Tutelar de Menores só pode ser concretizada se forem levadas a cabo medidas de reforço dos recursos humanos e das condições de segurança nas unidades de acolhimento. Por isso, a vigilância será uma questão crucial.

Além dos monitores que acompanham os

jovens, os centros educativos vão passar a ter vigilância externa, a cargo de empresas de segurança privada.

Ainda no que respeita às questões da vigilância, está já a proceder-se, na maioria dos colégios do IRS, a alterações arquitectónicas, que visam melhorar a segurança.

A nova Lei Tutelar de Menores manteve inalteradas as balizas etárias para a imputabilidade penal. Deste modo, a maioria penal continua a atingir-se aos 16 anos, ou seja, a partir desta idade um jovem fica sujeito ao regime de reclusão aplicável aos adultos.

Os jovens a partir dos 12 anos estão já sujeitos à lei especial dos Tribunais de

Família e Menores, que recebem as queixas feitas pelas vítimas ou lesados junto das autoridades policiais ou da Procuradoria-Geral da República.

Os delinquentes menores de 12 anos são alvo de um processo de protecção, podendo, nos casos mais graves, ser internados numa instituição de solidariedade social, como por exemplo a Casa Pia.

Os centros educativos em regime fechado, destinados a jovens que tenham praticado actos ilícitos graves, deverão funcionar em Lisboa (colégio Padre António de Oliveira), Coimbra (colégio dos Olivais), Guarda (colégio do Mondego) e Elvas (colégio Vila Fernando).



Albufeira

Mais táxis para servir a população

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou abrir concurso para atribuição de 12 novas licenças de táxi.



De acordo com o regulamento de actividade de transporte de alugar em veículos ligeiros de passageiros, em vigor no município, ficam ainda por atribuir 20 licenças.

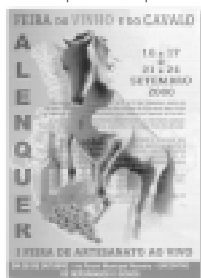
Câmara comemora Dia Mundial do Idoso

No passado dia 1 de Outubro, a Câmara Municipal assinalou o Dia Mundial do Idoso com um programa que abrangeu 300 municípios com idade superior a 65 anos. Convívio com o grupo de baile Nuno Ramiro e Tô Varela, música ligeira com Vânia Costa e o Duo Rita e Carlos e a actuação do grupo de danças de salão da Casa do Jovem fizeram parte da iniciativa que se realizou em colaboração com as juntas de freguesia do concelho.

Alenquer

Feira do Vinho e do Cavalo

Decorreu entre os dias 16 e 17 e 21 e 24 de Setembro mais uma edição da Feira do Vinho e do Cavalo, uma organização da Câmara Municipal de Alenquer.



Trata-se de um certame destinado à divulgação dos vinhos de Alenquer que, como é habitual, foi complementado com aspectos ligados ao cavalo. Como inovação a Feira contou com uma exposição de artesanato nacional. Estiveram

presentes artesãos que produziram ao vivo as suas peças.

Mão-cheia de obras municipais

Um pouco por todo o concelho prosseguem as operações de alcatroamento, construção de pavimento e arranjo das bermas das estradas municipais. A criação de boas vias insere-se na linha das prioridades estabelecidas pelo Executivo da Câmara.

Autarquia adquire obra de arte

A autarquia adquiriu mais uma obra de arte. Trata-se de uma pintura a óleo do mestre Duarte de Almeida, cuja ligação a Alenquer é sobejamente conhecida.

O exemplo mais paradigmático desta ligação é o monumental presépio que todos os anos é montado numa das encostas da vila.

Cabeceiras de Basto

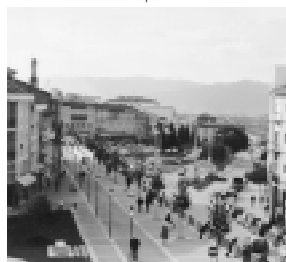
Homenagem a cabeceirenses ilustres

O Executivo municipal homenageou alguns cidadãos cabeceirenses ilustres que se destacaram no exercício das suas actividades profissionais, ou que prestaram relevantes serviços de que resultaram benefícios para o bom nome do concelho de Cabeceiras de Basto. A entrega destas distinções honoríficas realizou-se no dia 29 de Setembro, feriado municipal.

Fafe

Comemorações do 5 de Outubro

A Câmara Municipal de Fafe assinala a data histórica da proclamação da República com um conjunto de iniciativas. Assim, ontem, dia 4, realizou-se no Estádio Fénix a Festa do Desporto 2000.



Hoje, dia 5, e após o hastear da bandeira no edifício dos Paços do Concelho com o desfile da fanfara dos Escuteiros de Golães, pelas 10 horas, realiza-se no salão nobre dos Paços do Concelho a habitual sessão solene evocativa da efeméride que inclui a entrega da medalha de prata de mérito concelhio ao jardim-de-infância de Antime, com que a instituição foi galardoadada a

propósito da passagem dos 25 anos da sua fundação e a intervenção do presidente da Câmara, José Ribeiro. De tarde realiza-se um programa de inauguração de melhoramentos no concelho.

Festa do Desporto

A autarquia de Fafe voltou a organizar a Festa do Desporto, no dia 4 de Outubro, no Estádio Fénix.

A Festa do Desporto, como é já tradição, destina-se a galardoar centenas de atletas dos clubes locais, que se destacaram na época desportiva anterior pelas suas prestações desportivas e pela sua disciplina nos recintos desportivos.

Faro

Dia Mundial da Música

A cidade de Faro foi palco das comemorações do Dia Mundial da Música.



A Câmara Municipal de Faro e o Instituto Português das Artes do Espectáculo celebram a efeméride trazendo à capital algarvia durante seis dias – de 1 a 6 de Outubro – a música em todas as suas formas e com todos os seus possíveis intérpretes.

Penha de França

Órgão de informação

Saiu o número 19, referente a Setembro, do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França, dirigido pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa



Nesta edição, de oito páginas a cores, que já foi distribuída a todos os moradores na Freguesia, destaque para as iniciativas de Verão destinadas a crianças e idosos promovidas pelo Executivo da Junta e que registaram uma elevada adesão.

Santo Tirso

Rede de saneamento de Vila das Aves

O município de Santo Tirso acaba de abrir concurso público para a construção da rede de saneamento de Vila das Aves – 3ª fase. No essencial são características gerais da obra a construção da rede de drenagem de esgotos domésticos e industriais na Freguesia de Vila das Aves.

A empreitada vai custar, excluído o IVA, 310 mil contos, tendo como prazo de execução 730 dias, incluindo sábados, domingos e feriados.

Sintra

Inauguração do novo mercado de Aqualva

No passado dia 30 de Setembro, a Câmara Municipal de Sintra inaugurou o mercado municipal de Aqualva, na Av. de Santa Maria, na Freguesia de Aqualva-Cacém.

Orçada em 600 mil contos, a sua construção teve como objectivo resolver as insuficientes condições de serviço prestadas aos utentes e comerciantes pelo mercado do Largo da República, que até agora estava em funcionamento.

Tarouca

Rede viária e urbanismo

Os projectos que a Câmara Municipal de Tarouca tem vindo a realizar na rede viária e urbanismo dão conta da diversidade das frentes de trabalhos abertos por esta Câmara Municipal e demonstram o empenho posto pelos novos representantes na busca de um nível de vida construído de acordo com padrões em que impere a qualidade.



As obras nos polidesportivos de Várzea da Serra e Salzedas, no caminho do rio Varosa Dalvares e campo de jogos Meixedo são alguns exemplos.

PONTA DELGADA

Sistema eleitoral

JOVENS SOCIALISTAS DA MADEIRA E DOS AÇORES QUEREM REVISÃO

As estruturas da Juventude Socialista (JS) dos Açores e da Madeira defenderam no dia 23 de Setembro a revisão do sistema eleitoral em vigor nas regiões autónomas, com o objectivo de permitir uma maior aproximação entre eleitos e eleitores.

Esta foi uma das conclusões da I Cimeira Insular de Jovens Socialistas que decorreu na ilha de São Miguel, com a presença dos

líderes regionais da JS e da secretária-geral da organização, Jânila Madeira.

Segundo André Ávila, da JS/Açores, a revisão da lei eleitoral, tendo em conta o princípio da proporcionalidade, terá de considerar a necessidade de «cada eleitor sentir que o seu voto foi útil na eleição de deputados».

Os jovens socialistas entendem que os estudantes recenseados na Madeira, mas a estudar no Continente, devem ter

possibilidade de exercer o seu direito de voto sem se deslocar ao arquipélago, à semelhança do que já acontece com os açorianos.

Na cimeira ficou, também, assente o propósito de uma «maior aproximação e solidariedade entre ambas as organizações partidárias socialistas», adiantou André Ávila.

Relativamente às políticas de juventude, a JS considera «prioritário promover o

incentivo de intercâmbios de jovens entre os dois arquipélagos».

Para Jânila Madeira, a I Cimeira Insular surgiu como «uma intenção de muitos anos», a qual «foi sendo considerada, mas nunca objectivamente concretizada».

O encontro, que se realiza a poucas semanas das eleições para as Assembleias Regionais, pretendeu «mudar a forma de articulação entre a JS dos Açores» e a sua congénere da Madeira.

LEIRIA

José Miguel Medeiros reeleito

O camarada José Miguel Medeiros foi reeleito sexta-feira presidente da Federação Distrital de Leiria do Partido Socialista, derrotando o seu opositor, o camarada José Pereira da Silva, por uma diferença de oito por cento.

As eleições decorreram na sexta-feira à noite e contaram com os votos de 1806 militantes socialistas, que reelegeram para os próximos dois anos o deputado José Miguel Medeiros. Na contagem dos boletins, José Miguel Medeiros venceu em 16 das 23 secções do distrito e teve 1016 votos, enquanto José Pereira da Silva obteve 790 votos.

No discurso de vitória, José Miguel Medeiros defendeu que estes resultados são prova de uma «grande expressão democrática» do partido nestas eleições internas.

Reforço de um projecto de continuidade

A partir de agora, os objetivos passam por «ganhar todas as eleições no distrito e ser o primeiro partido em Leiria», explicou José Miguel Medeiros, destacando que a sua vitória representa «o reforço de um projecto de continuidade».

Segundo o vencedor, a votação foi distribuída em todo o distrito e não houve «uma secção A ou B que foi determinante», provando que o «PS é só um e essa é uma responsabilidade de coesão» que os dirigentes agora eleitos têm pela frente.

Por seu lado, José Pereira da Silva, que contou com o apoio da lista derrotada há dois anos, mostrou-se mais céptico em relação a um bom entendimento com os vencedores, afirmando-se contudo disponível para dialogar nos órgãos próprios caso as suas opiniões sejam ouvidas e respeitadas.

«Quando os locais próprios não estão disponíveis para discutir, os militantes devem procurar todos os meios para se fazerem ouvir», disse, salientando que não pretende «ser silenciado nos próximos dois anos como foi neste mandato».

Durante o seu discurso, José Pereira da Silva virou-se para Miguel Medeiros e desafiou-o a respeitar a oposição e contar com a sua colaboração porque «Leiria e o PS de Leiria não podem perder mais tempo».

Jantar do 5 de Outubro



Os camaradas António Guterres e Jorge Coelho deslocam-se hoje, dia 5, a Alenquer para participarem no habitual jantar comemorativo do 5 de Outubro, que se realiza no Forum da Romeira, pelas 20 e 30.

UISEU

Festa da «rentrée»

A Federação Distrital do PS de Viseu realizou no dia 1 em Resende uma festa para marcar a entrada política em que deixou claro o objectivo estratégico de ganhar as próximas autárquicas.

O camarada José Junqueiro, presidente da distrital de Viseu do PS, assumiu como objectivo, na sua intervenção, criar condições para que as famílias do interior, áreas desfavorecidas, possam ser dispensadas do pagamento do IRS se o seu rendimento não chegar aos 150 contos e o agregado tiver um filho pelo menos.

José Junqueiro, presidente da distrital do PS e secretário de Estado da Administração Portuária, apelou em Resende para a necessidade de haver estabilidade política no país de forma a «resolver os principais problemas das pessoas».



Resolver os problemas das pessoas

«O PS sabe que as propostas do Governo para o Orçamento de Estado são boas para as pessoas embora sejam más para a oposição e, por isso, é fundamental a estabilidade política», disse.

A Câmara de Resende é um dos alvos do PS no distrito de Viseu e o candidato socialista vai ser o actual vereador da autarquia, António Borges.

Na festa da «rentrée» do PS em Resende estiveram cerca de 3000 pessoas.

VILA REAL

X Congresso distrital

«O regresso do secretário-geral é essencial. Mas é também essencial o regresso da actividade política concreta. A direcção nacional do partido não pode ser constituída, maioritariamente, por membros do Governo», afirmou o camarada Ascenso Simões, novo presidente da Federação, no discurso de encerramento do X Congresso distrital de Vila Real, em Ribeira de Pena.

Um novo líder da Federação, num momento em que se aproximam as eleições autárquicas, momento de crucial importância para a afirmação do PS, partido de militantes e da bandeira vermelha, enquanto partido portador de um projecto democrático e progressista, logo mobilizador, sem cedências a uma pseudomodernização descaracterizante dos seus princípios e valores.

O exemplo que nos vem de Inglaterra deve ser tomado em conta com o enorme «flop» que está a ser a Terceira Via de Blair, um projecto cheio de tiques neoliberais e pouco ambicioso, onde o marketing, o taticismo e o pragmatismo têm sido a nota dominante.



POLÍTICA

Guilherme d'Oliveira Martins

COMPREENDER E MOBILIZAR



Se há mal-estar no País, compreenda-se o fenómeno. Encontrem-se respostas. Nada há de pior na vida política democrática do que ficar cego e surdo para os sentimentos dos cidadãos. E não se pense que é suficiente o mudar algumas caras num governo. O fundamental é corresponder aos legítimos anseios das pessoas – sem a tentação da facilidade ou do alimentar de ilusões. Se é verdade que em Portugal não há tecnicamente uma crise económica e que o nível de emprego é positivo, ao lado de outros indicadores, o certo é que há nuvens negras no mercado internacional do petróleo e da energia, cujas consequências importa prevenir e considerar seriamente. Daí que tenha de se recusar qualquer discurso fácil que prometa tudo a todos ao virar da esquina. A demagogia é inimiga da democracia, sabemos-lo bem. Eis porque deve ficar claro que o País precisa de governabilidade, de transparência, de reflexão aberta e de verdade nas decisões

que afectam o bem comum, de confiança dos agentes económicos e sociais e de coesão.

Com os desafios a que temos de responder de modernização e de convergência real, importa mobilizar as energias disponíveis, encontrar no âmbito europeu as capacidades próprias que permitam a Portugal não sacrificar as gerações futuras a qualquer subalternidade fatalista. A prioridade à Educação de qualidade e à qualificação das pessoas visará não apenas uma melhor produtividade mas também uma afirmação madura da nossa identidade, da nossa cultura e da nossa língua. Igualmente as novas tecnologias de informação e comunicação permitirão dar um salto qualitativo na passagem de uma sociedade atrasada para uma sociedade aberta. Infelizmente, ainda há quem não compreenda que a aposta na valorização das componentes profissional, tecnológica e artística do ensino secundário, já lançada (depois do enorme sucesso das escolas

profissionais, em situação de falência em 1995) e que a dignificação do ensino politécnico são fundamentais. Também a reforma do Estado e da Administração Pública, a racionalização das despesas públicas, o combate à fraude e à evasão fiscais em nome da equidade, o avanço na descentralização, em prol da proximidade, da economia de meios e da prestação de contas, a eficiência da Justiça, o aperfeiçoamento do Estado social, a construção de infra-estruturas modernas ou a melhor consciência ambiental têm de fazer parte de um designio nacional que urge continuar a afirmar. Se temos de compreender que a obra já realizada se integra na tarefa de modernização – impõe-se ainda deixar claro que em democracia há uma obra comum de forças rivais e que os mandatos dos governos legítimos devem, por princípio, ser cumpridos, sem confundir a necessária crítica com o cego bota-abaixo. É nesse sentido que temos de preservar a estabilidade, como factor de confiança e não

de acomodação. Eis porque a mobilização do País e dos cidadãos se revela indispensável – deixando claro o que distingue os vários projectos políticos e não se caindo na tentação da indiferença, da opacidade e da dissimulação das convicções. O espírito dos Estados Gerais ou do Congresso *Portugal, que Futuro?* não se reafirma repetindo gestos, mas encontrando novos espaços de debate e de renovação de ideias e de projectos inovadores. O centro-esquerda e a esquerda democrática precisam de um suplemento de alma. Em vez da ilusão neoliberal, é tempo de afirmar os valores da liberdade, da iniciativa e do risco, ao lado de uma cidadania activa e solidária, capazes de combater a exclusão e de favorecer a regulação económica e a coesão social. Contra os que apostam num salto no escuro, apenas para experimentar qualquer coisa diferente, temos, pois, de encontrar razões sérias de acção e de vontade que permitam assumir a esperança.

In «Visão»

SOCIALISMO

Fernando Pereira Marques

TERCEIRA VIA É POUCO AMBICIOSA



Uns tempos atrás, «The Independent» noticiava, com o relevo que o facto merecia, que o Partido Trabalhista se preparava para ganhar as eleições que se avizinhavam. Como? Graças ao criativo Trevor Beattie, que fora escolhido para publicitar a firma Blair Inc. como já antes publicitara, com êxito, os conhecidos «soutien gorge» Wonderbra.

A crer, porém, nos resultados obtidos por esse partido nas recentes eleições municipais, sobretudo em Londres, onde venceu o «vermelho» Ken Livingstone, a «terceira via» já não é o que era. Ou seja: já não se vende como «lingerie» de senhora. Mas é de elemental justiça reconhecer que, na verdade, a corrente política susceptível de ser assim designada, numa coisa se tem destacado: no saber vender-se.

Os seus protagonistas têm o sentido do espectáculo e da encenação, a percepção clara da importância do «sound bite», do sorriso, da cor da gravata, da imagem e não descuram a fórmula, o «slogan», a frase. Outra das suas características é proclamarem o novo, enfática e sistematicamente, mesmo quando as políticas propostas, em termos substanciais, são velhas como... o neoliberalismo: a «nova economia», o «novo Estado-Providência», a «nova governação».

A «nova economia» é assim como pretender-se que o futuro da humanidade se pode resumir a «o mercado mais a Internet», reinventando um determinismo tecnicista e

positivista idêntico ao que levava os bolchevistas a considerarem que o comunismo era «os soviets mais a electricidade». Trata-se, ainda, de uma construção encantatória com que se mitificam e mistificam aspectos do actual estádio de mercantilização do mundo. Nessa construção os «start up» tornam-se os idiotas úteis de quem lucra com a especulação bolsista e cultiva a ficção perigosa de que, nessa maravilhosa «nova economia», o dinheiro se multiplica mesmo que não se produza riqueza. E enquanto, deste modo, com a ajuda pressurosa de gurus mediáticos ao serviço dos negócios, se distraem os incautos cidadãos, na pura e dura «velha» economia reforça-se e concentra-se o poder das empresas, grupos, indivíduos que influenciam, efectivamente, as decisões e controlam, realmente, a indústria, o comércio e a finança a nível mundial, agravando as desigualdades entre estratos sociais, entre países e entre continentes.

No que se refere à questão social, a «terceira via», rendendo-se a critérios utilitaristas, preconiza políticas de desresponsabilização das empresas e dos poderes públicos em nome da «flexibilidade», da «empregabilidade», da «rendibilidade». Deste modo, relativizam-se e fragilizam-se os principais adquiridos do Estado-Providência que correspondem a um avanço civilizacional das sociedades europeias. Isto é, na «nova governação» («new governance») a economia sobredetermina a política e problemas reais de ancloso das instituições

e da administração, ou outras disfunções do sistema, são enfrentados pondo em causa o que a tradição socialista e social-democrata considerava serem direitos fundamentais e factores de cidadania.

Porque a «terceira via», como se vê nomeadamente na sua tradução portuguesa, é assistencialista, cristã-social, «solidarista», mas não ambiciona reformar estruturalmente nem introduzir verdadeiras dinâmicas de mudança qualitativa. Por isso, com ela o Estado vai-se retirando, cada vez mais, do campo social, abdicando do seu papel redistributivo, fragilizando os mais fracos e fortalecendo o mais fortes. A esperança socialista é enviada para o depósito das velharias ou torna-se ornamento de discursos em banquetes de homenagem a velhos militantes.

Segundo parece, foi o projecto de privatização do «metro» londrino uma das razões que ajudou à vitória de Ken Livingstone, em Londres. Não admira. Ao procurar seduzir as classes médias-altas e ao pactuar com a arrogância dos possidentes, essa «esquerda» pragmática e taticista, fascinada pelo poder e pelo espectáculo do poder, afasta as bases de apoio tradicionais e não atrai outras potenciais, pelo que corre o risco de, mais ou menos ingloria e rapidamente (veja-se Massimo D'Alema), ser vítima da volatilidade do centro.

É de concluir que os políticos da «terceira via» são, afinal, pouco ambiciosos; não querem mais do que gerir a conjuntura e

governar à vista, olhando as sondagens e os índices de popularidade pessoal com reverência e temor. O seu paradigma de governante é Bill Clinton, o exemplo acabado desses «nice guys» palavrosos, bons actores, governantes «light» com uma noção muito peculiar – é o menos que se pode dizer no caso do ainda Presidente dos EUA – da dignidade dos cargos e cujo sentido de Estado é função da luta pela sobrevivência política individual.

Resumindo, do ponto de vista ideológico, a «terceira via» - «lato sensu» - corresponde a qualquer coisa de invertebrado que não abre caminho à necessária renovação da esquerda democrática. Antes pelo contrário. Num contexto mais geral de crise dos instrumentos de representação, acaba por contribuir, com as ambiguidades, as flutuações tácticas e o oportunismo das clientelas que alimenta, não só para o descrédito da ideia socialista, mas também para o enfraquecimento das instituições democráticas.

Sou excessivo nestas asserções e nesta análise? Eu diria que sou sobretudo veemente. Há que reencontrar, inclusive ou em particular entre nós, a veemência das convicções, das ideias e dos ideais. A veemência está associada à autenticidade, e sem autenticidade não há coerência estratégica na acção política. Por outro lado, só havendo coerência estratégica se pode esperar eficácia governativa numa perspectiva reformista.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Fado em Albufeira

Hoje, às 15 horas, realiza-se no Estádio João Campos, Paderne, o jogo de futebol infantil a contar para a «Taça Amizade» entre a selecção de Albufeira e o Sporting Clube de Portugal.

O IV Concurso de Fado Amador decorre, a partir do dia 7 e até ao dia 11 de Novembro.

A primeira eliminatória realiza-se na sede da Associação Musical e Recreio Popular de Paderne, no sábado, dia 7, pelas 21 e 30.

Até ao final do mês poderá apreciar, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a exposição de pintura de Fátima Murta. A mostra pode ser visitada de segunda a sábado, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

«Show» em Cascais

O Casino Estoril foi o local escolhido para o concerto que Rão Kyo dará hoje, num *show* musical que promete ser memorável.

Exposição em Coimbra

A Casa Municipal da Música acolhe, até ao dia 5 de Novembro, a mostra de Colette Vilatte, intitulada «L'État Des Choses».

A exposição estará aberta ao público de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 18 e 30, e, aos fins-de-semana, das 14 às 19 horas.

Encontros em Faro

A autarquia farense promove a segunda edição dos Encontros de Outono, de 6 a 14 de Outubro.

Este ano, à semelhança dos anteriores, o evento transformará Faro na capital dos poetas e da poesia. O programa integrará, pela primeira vez, um *workshop* de poesia francesa, amanhã e no sábado.

Na mesma ocasião, o público que se deslocar a esta tertúlia poderá ouvir um recital inédito pelo conhecido actor português Filipe Ferrer, acompanhado ao piano por Jaime Baptista.

No encontro de segunda-feira, dia 9, assista à *performance* do actor João Grosso. No dia 11, haverá um recital da responsabilidade da ACTA – Companhia Profissional de Teatro do Algarve.

Francisco Laranjo expõe, na Galeria Municipal de Arte – Trem as suas «Memórias, Transformações e Imagens». Esta mostra permanecerá patente até ao dia 31, diariamente, exceptuando sábados, domingos e feriados, das 9 horas às 12 e 30, e das 14 horas às 17 e 30.

Música em Guimarães

Amanhã, às 21 e 30, na Igreja de São Francisco, realiza-se um Encontro de Coros com a participação dos grupos corais de Azurém, Convívio e da Coelima.

Às 23 horas, o Ultimatum Café Jazz servirá de palco aos Manel d'Oliveira Group.

Meia hora mais tarde actuarão os Red Apple (música moderna), no Carramão Café Concerto.

Cinema lúdico em Lisboa

«(A)Tentados», de Martin Crimp, é a peça teatral que poderá apreciar, hoje, amanhã e no sábado, dia 7, a partir das 21 e 30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém.

Música, teatro, cinema e literatura brasileiras vão regressar à Culturgest, a partir de amanhã, numa temporada de Outono que assinala mais uma vez a descoberta do Brasil.

Adriana Calcanhoto, cantora que se tem dedicado à renovação da música popular do Brasil, inaugura a temporada na Culturgest com dois concertos, dias 6 e 7. A forma como o cinema abordou o lado lúdico do álcool – mais interessante do que a abordagem trágica –, está a ser exibida na Cinemateca no ciclo «Um grão na asa». Este ciclo é uma seqüela de outro dedicado ao tabaco no grande ecrã, mais um objecto que foi mitificado no cinema.

O ciclo «Um grão na asa» continuará a ser exibido em Novembro pela Cinemateca.

Concerto em Montemor-o-Velho

Hoje, às 17 horas, realiza-se um concerto, no Anfiteatro Municipal, a cargo da Associação Filarmónica 25 de Setembro.

Vilancos e cantatas em Óbidos

A Camarata Renascentista de Caracas, sob a direcção de Isabel Palacios, interpretará vilancos e cantatas, hoje, às 21 e 30, no Auditório da Casa da Música

Teatro Experimental de Cascais



8 de Outubro, 16 horas
Teatro Mirita Casimiro - Estoril

Cinema em Paredes de Coura

O filme «60 segundos», de Jerry Bruckheimer, com Nicolas Cage e Angelina Jolie, estará, em exibição, este fim-de-semana, nas salas de cinema da cidade.

Smashing Pumpkins no Porto

O agrupamento musical britânico Smashing Pumpkins actua hoje, no Coliseu portuense.

Espectáculo em Reguengos de Monsaraz

No âmbito das celebrações do Dia Mundial da Música (1 de Outubro), realiza-se um concerto, no sábado 7, às 17 horas, no Auditório Municipal.

Alcalina em Santo Tirso

Hoje e amanhã, a partir das 21 horas, tendo por palco as instalações do Centro Cultural de Vila das Aves, realiza-se a terceira edição do festival Alcalina.

O evento visa a divulgação de projectos musicais nacionais inseridos no chamado circuito alternativo do pop/rock e do jazz, passando pelo funky, groove, tecno, drum'n'bass e hip hop.

O Alcalina'2000 contará com a participação dos agrupamentos Mind Da Gap, Outbreak, Acidmass (hoje), Table of Random Numbers, Balla, Stealing Orchestra e Coldfinger (amanhã).

Artes em Sintra

Hoje, às 15 e 30, 18 horas ou 21 e 30, poderá assistir ao último espectáculo do Walt Disney «Fantasia'2000», a decorrer no Cine-Fitares (Fitares Shopping), na Rinchoa.

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Música, a edilidade promove, hoje, pelas 16 e 30, um Encontro de Grupos Corais do Concelho, na Sociedade União Sintrense.

Amanhã, às 21 e 30, no primeiro andar da Galeria Municipal de Fitares, será inaugurada a colectiva de pintura *naïve* intitulada «A Paleta dos Poetas».

No segundo piso do mesmo espaço cultural poderá apreciar a quinta Mostra de Arte dos Educadores e Professores do Concelho de Sintra, uma colectiva de artes plásticas a ser inaugurada na quarta-feira, dia 11, pelas 16 horas.

Ambas as mostras ficarão em exibição até ao dia 22 de Outubro e poderão ser visitadas de quarta a domingo, das 16 às 22 horas

«Sons de Sintra» é o recital a cargo do trio de violino, trompa e piano que se realizará, sábado, a partir das 17 horas, no palácio Valenças.

SUGESTÃO

TARDIEU x 3

«O Senhor Eu», «O Guichet» e «A Fechadura», são os três textos do dramaturgo e poeta Jean Tardieu que o Rivoli-Teatro Municipal, no Porto, leva a cena de a partir deste domingo e até ao dia 11.

Com a representação destes três textos, o Artenão-Motivo Teatro pretende prestar uma homenagem a Jean Tardieu, depois de, em 1998, ter estreado a sua peça «O Espantalho».

A encenação do espectáculo é da responsabilidade de Rui Spranger, enquanto a cenografia pertence a Raquel Morais e Américo Castanheira. Paralelamente, o Artenão-Motivo Teatro organiza uma conferência/mesa redonda a na segunda-feira, dia 9, com Frédéricque Martin-Scherrer e António Ferreira de Brito, que falarão da escrita e do teatro de Tardieu.

Jean Tardieu nasceu em França, em 1903. Estudou em Sorbonne, Paris, seguindo depois, desde 1923, os «Entretiens d'été» de Pontigny, onde os seus primeiros escritos são notados por, entre outros, Paul Desjardins, André Gide e Roger Martin du Gard.

«Qui est là?» foi o seu primeiro ensaio teatral a lhe valer ser anexado ao movimento dito do «Teatro do Absurdo». Jean Tardieu morreu aos 92 anos.

O escritor não tem nenhuma das suas obras editadas em português.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Miguel Torga no Largo da Portagem

Todos os dias o poeta vem ao centro sobe ao seu consultório e embarca para dentro.

Diante da folha branca vai de viagem navega sobre o tempo e nunca pára. Há nele o canto de raiz e o verso vagabundo

da sua janela chegada à outra margem e dá a volta ao mundo no Largo da Portagem.

Manuel Alegre

In «Coimbra nunca vista» Publicações Dom Quixote, 1995



OE 2001 E REFORMA FISCAL

1. A proposta de Orçamento de Estado que o Governo apresentará na Assembleia da República cumprirá os critérios estabelecidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente quanto à redução progressiva do défice orçamental e da dívida pública, integrando nos seus objectivos um baixíssimo desemprego, um nível elevado e reforçado de apoios sociais, um forte investimento, bem como um crescimento económico razoável e compatível com as possibilidades da economia e da sociedade portuguesas. O Orçamento para 2001 deverá evidenciar um novo impulso no caminho da modernização da economia e da sociedade portuguesa, um significativo avanço no sentido de uma maior equidade e justiça (nomeadamente através do instrumento fiscal) e a consolidação de orientações sociais

progressistas e solidárias bem patentes na actuação dos Governos de António Guterres e que a equipa coordenada por Ferro Rodrigues tão bem tem concretizado nas áreas do emprego, do trabalho, da formação e da maior coesão social.

2. A reforma dos impostos sobre o rendimento é uma etapa importante no processo de Reforma Fiscal que vem ganhando um novo ritmo. A diminuição do IRS relativamente aos sectores sociais mais desfavorecidos, um mais eficaz controlo das declarações fiscais de parte dos profissionais liberais e empresários que defraudam o fisco são aspectos importantes das propostas governamentais. Como são relevantes um melhor controlo dos movimentos financeiros no «off shore» da Madeira, as alterações no controlo fiscal das provisões e dos lucros do sistema

bancário e as reduções quer globais quer selectivas do IRC. Ainda este ano, deverá ser apresentada a reforma sobre o património imobiliário. E é importante também a revisão do sistema de tributação quanto a veículos e no domínio energético.

3. São passos que se dão no sentido da concretização de um Programa eleitoral sufragado pela população e de um Programa governamental viabilizado na Assembleia da República. Que não sejam vozes do PS a dificultar a aprovação do Orçamento 2001 ou a prejudicar a concretização destes importantes passos do processo da Reforma Fiscal. A população não o entenderia! Quanto às próprias oposições parlamentares exigimos o necessário sentido de responsabilidade que frequentemente não têm demonstrado!

«Marcelo Rebelo de Sousa é como o Paulinho Santos do FC Porto. Todos os domingos é a "doer". Nas suas brilhantes análises semanais, o professor não perde uma oportunidade para "lesionar" Durão Barroso»
Judite de Sousa
Journal de Notícias, 30 de Setembro

«Somos responsáveis pela ideia de facilitismo, de ociosidade, de oportunismo que estamos a transmitir aos nossos jovens»
Edite Estrela
Expresso, 30 de Setembro

«O dr. Paulo Portas tem um problema: como é que vai dar aos seus pobres tirando aos seus ricos. Como poderá ele oferecer Jagueiros aos seus ricos e oferecer bicicletas a pedais aos seus pobres. Isso ele não explica»
José Lello
Diário de Notícias, 2 de Outubro

«Começa a pertencer à ordem do sobrenatural o sol-e-dó de desesperados impacientes que deseja correr com o dr. Durão Barroso para recolocar, no maple, o dr. Cavaco. É um caso típico de crença em fantasmas, e de repúdio pela realidade»
Baptista-Bastos
Diário Económico, 29 de Setembro



Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

